

Grupo Sousa investe 20 milhões por ano e admite mais aquisições em 2020

Lúis Miguel Sousa admite mais aquisições após a conclusão da compra da Svitzer e de um novo porta-contentores, se fizerem sentido para a estratégia do grupo nos transportes marítimos e na energia. Grupo Sousa emprega 850 pessoas e já fatura 150 milhões. ● P2

CONFERÊNCIA

“Madeira não tem défice há seis anos e cresce mais que o País”

Na primeira conferência anual do Económico Madeira, o vice-presidente do Governo Regional, Pedro Calado, defendeu que Lisboa deve reconhecer o esforço da Região, oferecendo-lhe melhores condições. Evento juntou os líderes dos grandes grupos da Madeira. Economia do Mar, fiscalidade, zona franca, mobilidade e falta de recursos humanos qualificados foram os grandes temas em debate. ● P10 e 11

Heider Santos/Aspress

ELEIÇÕES REGIONAIS 2019
Conheça as propostas dos partidos para a economia e finanças ● P6 a 9

VINHOS

Empreendedora Diana Silva arrisca nos vinhos de mesa da ‘Ilha’ ● P14

ENTREVISTA

“Madeira deve pagar os juros que o Estado paga. Nem mais um tostão” ● P4



Carlos Pereira
Cabeça de lista do PS às legislativas

AMBIENTE

Movimento ecologista tenta salvar Cabra das Desertas da extinção ● P18

PUB

O melhor investimento familiar é a educação dos seus filhos



Caminho dos Saltos, 6 - Funchal - Madeira - Portugal
+351 965 015 333 | office@madeira.sharingschool.org



International
sharing school
madeira - portugal



PERSPETIVA



Helder Santos

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Grupo Sousa investe 20 milhões por ano e admite novas aquisições em 2020

Luís Miguel Sousa diz que o facto de o Grupo Sousa ter nascido na Madeira faz com que entenda melhor as necessidades de quem vive nas ilhas, constituindo uma vantagem face à concorrência. E admite novas aquisições após a conclusão da compra da Svitzer.

FILIPE ALVES

falves@jornaleconomico.pt

O Grupo Sousa admite realizar novas aquisições após a conclusão da compra da empresa de reboques portuários Svitzer, mas apenas se essas operações “fizerem sentido”, disse ao Económico Madeira o líder do conglomerado, Luís Miguel Sousa.

“Estamos atentos às oportunidades e admitimos realizar operações

que façam sentido dentro da nossa estratégia de crescimento”, disse o presidente do Grupo Sousa numa conversa à margem da conferência “Os Desafios da Região”, que teve lugar esta quinta-feira, 5 de setembro, no Funchal, com organização do Económico Madeira (ver cobertura nas páginas 10 e 11).

O Grupo Sousa faturou cerca de 150 milhões em 2018 e conta com 850 colaboradores. Com a compra da Svitzer, este total deverá passar

para 900 colaboradores. “Vamos continuar a contratar à medida das necessidades das empresas do grupo”, referiu o empresário.

Luís Miguel Sousa adiantou que o investimento do grupo, que ronda os 20 milhões de euros por ano, deverá manter-se centrado nas áreas dos transportes marítimos e da energia. Além da compra da Svitzer, por um valor não revelado, nos últimos meses o Grupo Sousa investiu cinco milhões de euros na aquisição

de um porta-contentores, que deverá ser entregue até novembro, revelou o CEO. “É uma embarcação com cerca de nove anos, que conhecemos bem porque já a operámos no passado”, explicou o gestor.

Questionado se o grupo poderá entrar em novos mercados externos, para além das atuais presenças em Cabo Verde e Guiné-Bissau, Luís Miguel de Sousa mostrou-se cauteloso.

“Em mercados de maior dimensão,

esse tipo de investimentos só fazem sentido numa lógica de criação de valor e requerem escala, o que significa que teríamos de ir em conjunto com outras empresas portuguesas”, disse o CEO do grupo Sousa.

O gestor defendeu que o facto de o grupo ser originário da Madeira lhe confere uma vantagem competitiva face à concorrência. “Compreendemos as dificuldades de quem vive numa ilha, o que nos permite encontrar as melhores so-

FICHA TÉCNICA

Publicado mensalmente na primeira sexta-feira de cada mês. **Propriedade** – Megafin Atlantic - Sociedade Editora SA. Registo na ERCS nº. 126936. NIPC 514101989. Nº Depósito Legal: 422057/17. **Acionistas detentores de mais de 5% do capital** - A.I. Arts Investments (84%), Megafin Sociedade Editora SA (10%) e Filipe dos Santos Alves (6%). **Sede e redação** – Rua Conde Carvalho, 53, 9060-011 Funchal. **Diretor** – Filipe Alves **Diretor Adjunto** – Shrikesh Laxmidas **Diretor de Arte** – Mário Malhão **Editores Executivos** – André Cabrita Mendes, João Palma Ferreira e Leonardo Ralha **Redação** – Ruben Pires, Laura León e Almerinda Romeira **Paginação** – Rute Marcelino / O Jornal Económico. **Informática** – Rogério Júnior / O Jornal Económico. **Área comercial** – Cláudia Sousa (diretora). **Área financeira** – Ana Rita Silva. **Administração** – Luís Figueiredo Trindade. **Impressão** – Empresa Gráfica Funchalense SA, R. Capela Nossa Senhora da Conceição, 2715-511 Morelena. **Distribuição** – Vasp- Distribuidora de Publicações, SA - Quinta do Grajal, Venda Seca, 2739-511 Aqualva, Cacém. **Tiragem** – 10.500. Nenhuma parte desta publicação, incluindo textos, fotografias e ilustrações, pode ser reproduzida por quaisquer meios sem prévia autorização do editor. Estatuto Editorial disponível em www.economicomadeira.pt

“Estamos atentos às oportunidades e admitimos realizar operações que façam sentido dentro da nossa estratégia de crescimento”, disse o CEO do Grupo Sousa ao Económico Madeira

luções. É natural que quem vive noutras geografias tenha mais dificuldade em compreender essas dificuldades”, frisou.

Bancos têm “dinheiro a mais”

Questionado se a banca tem sabido financiar as empresas madeirenses, Luís Miguel Sousa respondeu que o grupo que dirige não tem tido problemas de financiamento e que, nos seus investimentos, os fundos próprios têm representado cerca de 40% do total. Mas acrescentou que o atual momento da banca e da economia pode levar a que se repitam os erros do passado. “Os bancos têm dinheiro a mais e precisam de o emprestar. Mas nem sempre há bons projetos”, disse o empresário.

Durante a sua intervenção na conferência, no painel “A Região vista pelos Empresários” - onde participou em conjunto com Luís de Sousa (ACIN) e Paulo Prada (Pestana) - Luís Miguel Sousa mostrou-se preocupado com a dificuldade que as empresas madeirenses têm para obterem os recursos humanos necessários. Uma das razões para esta situação é o facto de o Estado ficar com uma “grande parte” dos salários dos portugueses, defendeu.

“Aplicar taxas de 50% a rendimentos pequenos, faz com que classe média, que sustenta a sociedade, tenda a desaparecer”, alertou. “tributar a classe média a 50% deixamos de ter consumo”, voltou a reforçar o empresário, que considera existir um “inaceitável impacto” dos impostos. “Não faz sentido cobrar uma taxa de IRS de 50% a uma pessoa que recebem 80 mil euros por ano”, frisou.

O CEO do Grupo Sousa defendeu, além disso, a retoma dos apoios comunitários às Pequenas e Médias Empresas (PME), na forma de subsídios a fundo perdido, devido ao “handicap permanente” causado pela insularidade e pela pequena dimensão do mercado.

“Se não houver apoio as empresas regionais não conseguem enfrentar a competição”, afirmou. Luís Miguel Sousa disse ainda que “é muito fácil” vir à Madeira vender, tendo em conta que “não existem” barreiras. ●

BREVES

Aeroporto da Madeira

O Aeroporto da Madeira está entre os 50 aeroportos com mais atrasos da Europa. A informação foi divulgada pela AirHelp, uma organização mundial de compensações por atrasos em voos e diz que 28% dos voos da Madeira não cumprem o horário previsto. Os aeroportos de Ponta Delgada e Lajes estão entre os três piores. Aqui, quase metade dos voos (48% e 46%) partem com atraso.

13

Dos 269 reclusos da Região, 13 pediram para votar nas eleições de 22 de setembro. Nas anteriores eleições regionais foram 22 os reclusos que quiseram exercer o seu direito de voto.

“

Não andamos a contribuir para o crescimento do défice no país”

Pedro Calado

Câmara do Funchal aprova 14,6 milhões para reabilitação urbana

A Câmara Municipal do Funchal aprovou dois empréstimos no valor de 14,6 milhões de euros para investir em reabilitação urbana. Esta votação teve os votos favoráveis da coligação Confiança e do CDS e a abstenção do CDS. Foi também definida uma nova área de reabilitação urbana na Ribeira de João Gomes, sendo que ainda estão previstas votações para mais quatro áreas, inseridas no Plano Diretor Municipal.

OPINIÃO

Governança e regulação no contexto de pós-fragilidade económica



EDUARDO LEITE

Ph.D. em Gestão e professor na Universidade da Madeira

Espera-se, em 2019 e pelo terceiro ano consecutivo, um acréscimo de 6% no número de falências a nível mundial[1], segundo o Global Insolvency Index/índice Global de Falências. A amostra em análise é formada por 43 países, dos quais 2/3 apresentarão uma deterioração[2] (ligeira mais forte) e 1/3 uma estabilidade ou melhoria (ligeira ou forte). Portugal, com -5%, integra o grupo de países (9, apenas) cuja expectativa aponta para uma ligeira melhoria.

É curioso constatar que o valor do Índice em 2019 é superior ao registado em 2008 (portanto pior), mas inferior ao de 2009 (melhor). Convém relembrar que, nestes dois anos, registaram-se 9 das 20 maiores falências nos Estados Unidos, em relação ao total de ativos envolvidos, 1.853,6 bilhões de US dólares, representando perto de 3/4 dos valores totais. Lehman Brothers, General Motors e Chrysler foram três das empresas mais conhecidas internacionalmente, que se apresentaram à falência naquele período.

A crise financeira de 2008, à escala mundial, desencadeou uma contração do comércio internacional, rarefação dos movimentos financeiros, designadamente nos empréstimos, seguros e bolsas, e uma retração dos investimentos das empresas, acompanhada de um aumento generalizado do desemprego.

Este período pôs a nu as fragilidades, tanto da governança privada, como da regulação e supervisão pública. Na governança privada, as más práticas de gestão nas empresas, encobertas durante anos pelo marketing e pela especulação criaram as condições de insustentabilidade do sistema. Na regulação e supervisão pública, os erros e omissões ocultaram e adiaram o problema até ao limite

das implosões.

Ainda recentemente a edição online do Financial Times[3] alertava para a possibilidade de nova fraude financeira “maior que a WorldCom (3ª maior falência nos EUA) e Enron (6ª combinadas”, alegadamente escondida na empresa General Electric. O relatório do investigador financeiro Harry Markopolos (conhecido por emitir os primeiros alarmes sobre o esquema de Bernard Madoff) refere que “as contas do conglomerado industrial ocultam uma fraude de US \$38 bilhões nos seus negócios de seguros e serviços petrolíferos” e conclui “eles estão à beira da falência”.

Os analistas têm classificado estes fenómenos de diferentes maneiras, mas, se refletirmos bem, o que está a acontecer, na realidade, é o aparecimento de grupos económicos gigantes, diversificados em termos de setores de atividade – indústria, serviços financeiros e saúde, entre outras áreas tão dispersas – e estendidos geograficamente à escala do planeta, que parecem encontrar-se para além do horizonte da fiscalização nacional (ou supra). Assim se pode concluir que a regulação e a auditoria estão vários passos atrás da dinâmica em-

presarial, tendendo a agravar-se com a digitalização.

Incrível se tivermos presente que o Banco Barings, fundado em 1762, o banco mercantil mais antigo da Grã-Bretanha, colapsou há 25 anos atrás (mais precisamente em 1995), pela ação de um único empregado (Nicholas William Leeson), um operador do mercado de derivados com atividade em Singapura. Exemplos nacionais no sistema financeiro, além de mais recentes, são múltiplos – BES, BPN, BPP e BANIF –, casos onde a intervenção pública, em processos de falência ou de reestruturação financeira, implicaram posteriormente o dispendio de bilhões de euros do erário público, em impostos dos contribuintes.

Por outras palavras, o sistema está em fase de transição. A sua estrutura terá de evoluir da entropia reinante, onde as moléculas (empresas e atores económicos) se movimentam de uma forma caótica, para uma nova ordem, cuja transparência e monitorização preventiva constituam forças de ligação das organizações e dos indivíduos, em termos mercantis, a uma nova ordem socialmente responsável.

Apostar na integridade do sistema é um dos grandes desafios da atualidade, na medida em que se entrelaça o público com o privado, através de modelos económicos de desenvolvimento assentes nas múltiplas possibilidades de cooperação da tripla hélice – governo, empresas e academia, por forma a restituir a confiança ao mercado. ●

[1] Insolvency Outlook, Allianz e Heuler Hermes, Janeiro 2019. <https://www.eulerhermes.com/content/dam/onemarketing/euh/eulerhermes.com/erd/publications/pdf/Global-Insolvencies-Jan19.pdf> [2] Deterioração: forte (mais de 5%); ligeira (entre +1% e 5%) / Melhoria: estabilidade ou ligeira (entre 0% e -5%); forte (inferior a -5%, por estarmos a falar de valores negativos). [3] Gregory Meyer and Mamta Badkar, 15 agosto 2019, <https://www.ft.com/content/20c2e468-bf57-11e9-89e2-41e555e96722>

O sistema está em fase de transição. A sua estrutura terá de evoluir da entropia reinante, onde empresas e atores económicos se movimentam de uma forma caótica, para uma nova ordem socialmente responsável

PROTAGONISTA

ENTREVISTA **CARLOS PEREIRA** cabeça de lista do PS Madeira nas eleições para a Assembleia da República

“Região deve pagar os juros que o Estado paga. Nem mais um tostão”

Em entrevista, Carlos Pereira diz que é preciso ir mais longe na questão dos juros e corrigir falhas no subsídio de mobilidade. O ex-líder do PS explica porque aceitou liderar lista candidata às legislativas.

RUBEN PIRES E LAURA LEÓN
rpires@jornaleconomico.pt

O PS Madeira escolheu Carlos Pereira como cabeça de lista às eleições legislativas. Em entrevista ao Económico Madeira, o candidato socialista aborda o que correu bem e menos bem no anterior mandato, e afirma que a implementação de um sistema fiscal próprio acabaria com a Zona Franca.

“Disse sempre que estaria disponível para fazer um segundo mandato na Assembleia da República, tendo em conta que eu considero que houve muitas coisas boas que se fizeram, mas que há muitas coisas para resolver”, explica o socialista. Entre as coisas que correram bem está a reconciliação entre o Estado e a região. “Penso que todos se lembram que passámos por quatro anos muito duros. Quatro anos de uma coligação PSD-CDS que de alguma forma maltratou as autonomias e os madeirenses e era preciso acabar com isso”, sublinha Carlos Pereira.

O socialista reforça que esta reconciliação entre o Estado e as autonomias regionais e os madeirenses foi um “objetivo genericamente obtido”. Diz ainda que estabeleceu que o cofinanciamento do hospital era um “aspecto fundamental” que “muito poucos acreditavam” que pudesse chegar a bom porto.

“Eu quero lembrar que o Estado nunca cofinanciou um projeto desta natureza nas Regiões autónomas. Este é o primeiro projeto de interesse comum para as Regiões autónomas e foi na Madeira que aconteceu e foi em virtude do trabalho que fizemos na Assembleia da República. E tenho que dizer isto: não foi fácil”.

A questão das transferências financeiras para a região foi outro ponto destacado por Carlos Pereira que acabou por ser resolvido.

“Ora, o que nós fizemos foi assegurar – e estes quatro anos penso que não ouviram muito mais falar sobre isso, e eu defendi isso várias vezes no seio do grupo parlamentar – que a lei das finanças regionais, no que diz

respeito às transferências financeiras, era sempre cumprida. O que o Estado tem de fazer não é dizer se dá mais ou se dá menos, é cumprir a lei. A lei foi aprovada na Assembleia da República, portanto o Estado deve cumprir”, explica.

Redução dos juros da dívida deve ser transferida para a Madeira

Carlos Pereira disse ainda que os juros da dívida “ainda não estão ao nível” que defende. “Do meu ponto de vista, o que é mais acertado para a Madeira, é a região pagar os juros que o Estado paga da sua dívida. Nem mais um tostão, nem menos um tostão. Ou seja, não devemos exigir pagar menos, nesta fase, mas também temos de exigir que não temos de pagar mais”, vinca.

“Nós estamos a pagar mais, em média, digamos assim. Há uma tendência de redução dos juros da dívida no plano nacional, essa redução deve ser transferida para a Madeira. O que é que conseguimos? Conseguimos isso. Como sabem, os juros da dívida estão hoje mais baixos do que estavam na fase inicial do plano de ajustamento económico e financeiro, e isso foi obtido no último orçamento do Estado”, sublinha o socialista.

Carlos Pereira defende que uma das coisas que “não correu tão bem” foi o subsídio de mobilidade. O socialista diz que este assunto é “uma coisa que está por resolver”, mas que nem tudo foi mal feito.

“O processo não está todo mal feito, agora há uma irracionalidade neste modelo que toda a gente vê. É que o Estado passou a pagar pelos madeirenses e açorianos se deslocarem a preços mais baratos, muito mais do que pagava. Não sei se têm uma ideia, mas no modelo anterior o Estado gastava cerca de sete milhões de euros, e entretanto o Estado passou a gastar 30 milhões de euros por ano pela Madeira. Refiro-me só à Madeira: 30 milhões de euros. Ora, isto é significativo, isto é quatro vezes mais do que pagava antes”, realça Carlos Pereira. Peran-

te os números, o socialista questiona se este aumento na despesa corresponde a uma satisfação quatro vezes superior.

“Nós temos uma desproporção entre o dinheiro que o Estado gasta e a satisfação que dá ao madeirense.” Carlos Pereira afirma que o Estado é que deve assegurar o princípio da continuidade territorial vincando que os madeirenses “não podem nunca” largar isso.

“Os políticos da Madeira que estão na Assembleia da República têm que ter isso sempre presente, é uma responsabilidade do Estado e o Estado tem de levar até às últimas consequências”, reforça.

Zona Franca é indispensável

Carlos Pereira diz que o Centro Internacional de Negócios (CINM), ou Zona Franca, é “um instrumento indispensável” para o desenvolvimento da região, a diversificação da economia, a criação de emprego e de riqueza.

“Nós temos problemas no quadro europeu na forma como encaram regimes fiscais diferenciais, como é o caso da Madeira. Temos uma União Europeia que hoje olha para estes regimes diferenciais de soslaio. Temos de defender sempre na linha do que eu acabei de dizer, que é, se existem regimes diferenciais na Europa por que razão é que nós vamos defender o fim do nosso? Não faz sentido. E aqueles que defendem estão contra a Madeira, porque não faz sentido defender que na Madeira se termine com o CINM e se mantenham outros regimes desta natureza noutros cantos do mundo em que as empresas em vez de estarem cá, estarão nesses lados. Ora, não faz sentido nenhum”, reforça.

Carlos Pereira acrescenta que o CINM “não pode ser um projeto madeirense, é um projeto português”, que interessa a Portugal, que “promove exportações portuguesas” e que de alguma forma “garante mais investimento direto estrangeiro” não apenas para a Madeira mas para o país inteiro.

Sistema fiscal próprio iria pôr fim à Zona Franca

Carlos Pereira defende que se a Madeira optar por ter um sistema fiscal próprio, tem de estar ciente de que essa medida iria de “alguma forma matar” o Centro Internacional de Negócios (CINM).

“Não quer dizer que isto seja uma coisa má, o que eu estou a dizer com isto é que um regime fiscal próprio é transformar toda a Madeira numa espécie de CINM, e com uma vantagem que é uma capacidade de a Região poder determinar o que é que quer fazer em termos fiscais propriamente dito”, vinca.

“Enquanto hoje temos uma situação em que no CINM o instrumento fundamental são os benefícios fiscais e eles têm a lógica das ajudas de Estado, e as ajudas de Estado têm um tratamento específico no quadro da UE, e isso é uma chatice porque os problemas que nós tivemos com a criação de emprego, etc., têm a ver precisamente com a situação de serem ajudas de Estado – porque a UE tem de acompanhar ajudas de Estado, nomeadamente a Autoridade da Concorrência, para saber se foram dadas demasiadas ajudas de Estado em comparação com outros regimes – no caso de um regime fiscal próprio seria possível ultrapassar esta questão”, sublinha o candidato socialista.

Carlos Pereira refere contudo que este tipo de assuntos tem de ter uma agenda séria.

“O sistema fiscal próprio é um tema nosso, só se fala disso aqui. No plano nacional não houve sequer debate, portanto a minha primeira questão é: se a Madeira tem interesse em colocar o regime fiscal próprio na agenda política, então tem de colocá-lo já. Tem de começar a discutir esta questão no plano nacional, porque os *opinion makers* – a maior parte das pessoas que fazem opinião e que de alguma forma influenciam os governos e os partidos – não fazem a mínima ideia do que isso é e daquilo que a Madeira pretende e quais são as razões porque defendemos isso”, sublinha o candidato socialista. ●



“O que abunda

O candidato do PS Madeira à Assembleia Legislativa da República, Carlos Pereira, quer assumir-se como o gerador de consensos entre os deputados regionais sobre temas de relevo para a região. O socialista entende que só com esta postura é possível fazer passar assuntos de relevo para a região autónoma numa assembleia onde abunda o centralismo.

Carlos Pereira diz que se “não existir consenso” entre os deputados da Madeira, com assento na Assembleia da República, torna-se difícil ou até mesmo impossível aprovar o que quer que seja.

“Fui aprendendo ao longo do tempo, percebendo como é que íamos gerar um consenso entre nós, colegas da Madeira, e depois então cada um discutir no seu grupo parlamentar”, explica.

O socialista reforça que é preciso existir capacidade, em assuntos com interesse para Madeira, de gerar consenso. “No quadro da Assembleia da República o que abunda mesmo é o centralismo”, afirma Carlos Pereira.

O cabeça de lista do PS Madeira



Helder Santos/Aspress

“Eu não poderia deixar o PS na mão”

O candidato socialista diz que este é o momento de construir consensos para ganhar batalhas a favor da Madeira.

O PS Madeira escolheu Carlos Pereira como cabeça de lista às eleições legislativas. O socialista não esconde que não se identifica com a atual liderança do partido na região, mas diz que aceitou integrar a lista com o intuito de defender os interesses da região autónoma.

“Eu não poderia deixar o PS na mão. A condição que coloquei foi a de pôr os interesses da Madeira acima do partido. A minha condição só significa isso”, reforça o antigo presidente do PS Madeira.

“Eu não sou hipócrita e quem me conhece sabe que eu falo com transparência sobre as coisas. Todos sabem que este não é o meu projeto político. O projeto que o PS Madeira hoje tem não é o meu. Eu tinha um projeto político que era conhecido e não era este”, explica, recordando que se empenhou para que o PS “fosse alternativa” na Madeira, e que teve agenda e projeto político para esse propósito.

“O PS convida-me para eu contribuir e eu vou dizer que não? Não. Não posso deixar o PS na mão e os militantes pendurados, e não posso deixar de contribuir para que a Madeira fique melhor do que está. É esse o contributo que devemos dar. Acho que os políticos devem ter essa consciência”, sublinhou.

“Eu tenho coluna. Não mudo de visão de um dia para o outro. Contribuo para a Madeira e o PS é o meu partido. Mais importante do que as pessoas é o PS. O PS não passa enquanto as pessoas passarão. Eu, outros passarão”, realça o candidato socialista.

Consenso a favor da Madeira

“Os políticos têm de contribuir para resolver problemas. Se não são capazes de resolver problemas não estão lá a fazer nada”, defende Carlos Pereira.

O candidato socialista acrescenta que este é o momento de “construir consensos” na região para ganhar batalhas na Assembleia da República a favor da Região.

“O interesse na Madeira mobiliza-me efetivamente. O argumento mais forte para candidatura é a Madeira e os madeirenses”, venceu.

Carlos Pereira diz que o “tom e a tónica mobilizadores” para esta candidatura é “poder continuar a fazer o que fiz, e contribuir para aquilo que acho que posso ser útil”.

“Se eu achar que não sou útil não estou a fazer nada. Não faz parte da

minha maneira de ser”, referiu.

Datas de regionais e legislativas não beneficia eleitores

Carlos Pereira diz ainda que não esteve de acordo com o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, na escolha de datas para as eleições regionais e legislativas, que estão marcadas para 22 de setembro e 6 de outubro.

“São formas de intervenção política diferentes. As eleições mais importantes para a Madeira são as regionais. Não estou de acordo com a prestação do Presidente da República. Gosto muito, tenho estima, tem feito um mandato excepcional, mas acho que não esteve bem na marcação das eleições. Uma eleição regional exige espaço próprio e exige que não haja nenhuma confusão sobre esta matéria”, explica.

Carlos Pereira afirma que o Presidente da República “poderia ter tido uma “perceção diferente” das eleições e daquele que é o processo regional e das autonomias.

“Indiscutivelmente os assuntos vão misturar-se. A questão é se os políticos e os partidos serão capazes de fazer passar a mensagem de acordo com o tipo de eleições”, vinca.

O candidato socialista diz que quem não beneficia são os eleitores, acrescentando que os eleitores “acabam por ser de alguma forma bombardeados” com aquilo que interessa mais aos partidos do ponto de vista eleitoral, e menos para a reflexão deles sobre quem votar de acordo com as abordagens distintas que podem acontecer.

“O calendário sobreposto não é boa solução”, sublinha.

Integrar Governo na Madeira está fora de questão

Carlos Pereira diz ainda que “não está disponível” para nenhum cargo de executivo no Governo Regional. “Estou concentrado no projeto da Assembleia da República”, afirma. O candidato socialista acrescenta que “não concebo” essa hipótese tendo em conta aquilo que “é o foco e a minha disposição”. Contudo, Carlos Pereira diz que não sabe o que vai acontecer ao longo do processo, embora considere que “não faz muito sentido” sendo cabeça de lista às legislativas estar já disponível para o Governo Regional. ● RP, LL

na Assembleia da República é o centralismo”

defende que “o centralismo não é favorável à autonomia” e acrescenta que cabe à região defender a bondade da autonomia, de forma a “nunca deixar passar um aspeto que coloque em causa o processo autonómico”.

Carlos Pereira diz que apesar de existirem visões diferentes sobre diversos temas há matérias relacionadas com os madeirenses em que é necessário esse tal consenso para que se poderem atingir os resultados pretendidos.

Nesse sentido, Carlos Pereira sublinha que a “única condição” que o levou a aceitar o convite para ser cabeça de lista às legislativas foi colocar os interesses da região acima dos partidários.

“Nunca me podem pedir para colocar em causa os interesses da Madeira em favor dos interesses do partido. Isso eu não farei porque não foi isso que eu fiz nestes últimos quatro anos e esse é o meu lema”, reforça o candidato socialista.

Carlos Pereira diz ainda que todas as propostas que apresentou relacionadas com a região foram aprovadas.

O socialista reforça que os centra-

listas irão “aproveitar imediatamente a nossa divergência” e a nossa divisão para dizerem: nem eles estão de acordo.

“Portanto, o ponto principal de compromisso com os madeirenses é que serei sempre construtor de consensos, independentemente da cor partidária”, reforça.

Entre esses assuntos, Carlos Pereira destaca os fundos europeus, mobilidade aérea, CINM e o aprofundamento da autonomia.

O candidato socialista sublinha ainda que a região tem de caminhar para a autonomia plena.

“Se não conseguirmos um consenso regional naquilo que é importante termos para a autonomia plena, não chegamos lá, não conseguimos aprofundar mais a autonomia. E podem vir falar do que quiserem, não vamos conseguir”, alerta.

Carlos Pereira defende o fim do representante da República, que considera “não fazer sentido nenhum” e ser um apêndice que “não tem qualquer lógica”.

O socialista assume-se como “autonomista convicto” e refere que, no

plano nacional, é preciso que a Madeira mostre que é capaz de “gerir os seus próprios destinos” e consegue fazê-lo bem.

“Para isso temos de ter instrumentos, e para termos instrumentos temos de estar neste aprofundamento constante e temos de mostrar no plano nacional que os madeirenses estão juntos e sabem gerar consensos naquilo que é importante”, salienta.

Contudo, Carlos Pereira afirma que gerar consensos “não quer dizer” que os partidos optem por fundir-se. O socialista refere que estes devem manter a “sua própria ideologia, que os marca e que os define e caracteriza, a sua própria singularidade”.

“Uma coisa é isso, outra coisa é o interesse dos madeirenses, que tem de estar acima disso tudo. O interesse dos madeirenses tem de ser definido por cada um dos partidos”, explica.

Carlos Pereira volta a sublinhar que se os assuntos são decididos na Assembleia da República e se aqueles que lá se encontram estiverem contra, então “difícilmente serei bem sucedido”. ●

ESPECIAL ELEIÇÕES

ELEIÇÕES REGIONAIS

As propostas dos partidos para a economia

Os diferentes partidos apresentam várias propostas para reduzir impostos. A defesa da Zona Franca e a estratégia para o turismo são outros temas fortes.

RUBEN PIRES, LAURA LEÓN
rpires@jornaleconomico.pt

Com o aproximar das eleições regionais, marcadas para 22 de setembro, começam a ser conhecidas as propostas dos diversos partidos nos mais diversos setores. O Económico Madeira ouviu as várias forças partidárias e preparou um resumo das diferentes propostas sobre a economia, as finanças, a carga fiscal, o futuro do Centro Internacional de Negócios (CINM), a estratégia para o turismo e a utilização dos fundos comunitários.

A ideia do atual Executivo da Região, bem como do Juntos pelo

Povo e do CDS é que a Zona Franca crie um Registo Internacional de Aeronaves.

Estes três partidos são ainda consensuais na questão da descida do IRC: todos defendem uma redução de um ponto percentual para os primeiros 15 mil euros de lucro. A taxa de IRC na Madeira para estes rendimentos passaria de 13% para 12%, igualando a taxa praticada pela Irlanda.

Já o Bloco de Esquerda defende que é socialmente mais justo que se baixe o IVA, em vez do IRC, uma vez que as populações mais pobres têm todos os seus rendimentos expostos ao IVA.

O PTP quer aproveitar o esta-

tuto político-administrativo para fazer baixar os impostos na generalidade, embora destaque que com a “herança deixada pelo jardimismo”, a dívida, seja muito difícil de o fazer.

Em matéria de impostos a CDU propõe a criação de um imposto a nível regional para os detentores de património e carros de luxo, enquanto o Aliança e o PS defendem a reposição do diferencial fiscal.

O Partido Socialista diz que isto seria feito através da diminuição das taxas nacionais dos impostos sobre o consumo, sobre o valor acrescentado e sobre o rendimento. ●

PSD QUER DESCER IRS E IRC

A descida dos impostos é uma das medidas propostas pelos sociais democratas. O PSD quer avançar com uma descida progressiva do IRC e IRS, e ponderam ainda uma redução no IVA através da revisão da Lei das Finanças Regionais.

Das medidas propostas pelos sociais democratas fazem ainda parte a defesa do Centro Internacional de Negócios, o reforço do registo de navios e a criação de um registo para aeronaves.

A redução da dívida está também contemplada. Os sociais democratas querem ainda diversificar os mercados turísticos, onde os Estados Unidos assumem um grande relevo.

IMPOSTOS

- Manutenção e reforço de apoios à empresas;
- Criação do Sistema Fiscal Regional, promovendo a atratividade, competitividade e maior justiça fiscal;
- Redução progressiva do IRS e do IRC;
- Redução do IRC para 12%, para

as micro e pequenas empresas;

- Redução das taxas do IVA, através de um regime simples de captação, com a Revisão da Lei de Finanças Regionais;

ZONA FRANCA

- Defesa do Centro Internacional de Negócios da Madeira;



MIGUEL ALBUQUERQUE
Cabeça de lista do PSD

- Incremento do Registo Internacional de Navios;
- Criar um Registo Internacional de Aeronaves;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

- Criação de um Conselho Regional para a Competitividade e Inovação de modo a facilitar a auscultação e o diálogo com as empresas;
- Redução da dívida pública para os 85% do PIB em 2023;
- Redução da taxa de juro aplicada aos empréstimos da Região, por parte da República, no âmbito do PAEF;

TURISMO

- Continuação do investimento no turismo;
- Alargamento do calendário de animação turística e a diversificação da oferta;
- Melhorar e potenciar as novas tecnologias ligadas ao turismo;
- Reforço do investimento na captação de novos mercados entre os quais o norte-americano. ●

PS QUER REVER CONCESSÃO DA ZONA FRANCA

Para os socialistas existe na Madeira “uma insistência” num modelo de desenvolvimento que se “encontra esgotado e que não traz melhoria global” do nível de vida das populações.

Nesse sentido as propostas dos socialistas visam criar “melhores condições e mais rendimento” para as pessoas e famílias e para as empresas e para a atração de novos investidores para a Região.

Um dos objetivos estratégicos dos socialistas passa por aumentar em 10% do PIB regional com o contributo da economia do mar sustentável até 2030 e captar 460 milhões de euros de novos investimentos.

No programa económico do PS está ainda previsto o aumento do investimento público de 1,9% para os 2,9% do PIB em áreas consideradas prioritárias e uma mudança de estratégia na gestão da dívida quer pela “reestruturação e realocação” de recursos em projetos do Governo Regional que consideramos “não financeiramente viáveis, como acontece infelizmente neste momento”.

IMPOSTOS

- Captar 460 milhões de euros de novos investimentos;
- Aumentar o investimento público de 1,9% para os 2,9% do PIB em áreas consideradas prioritárias;
- Redução da despesa com juros;
- Reposição do diferencial fiscal diminuindo as taxas nacionais dos impostos sobre o consumo, sobre o valor acrescentado e sobre o rendimento, que neste caso incide, quer sobre as famílias, quer sobre as empresas (progressivo mas deve ser simultaneamente o mais permanente possível);

ZONA FRANCA

- Defesa intransigente do CINM quer a nível nacional como internacional;
- Revisão da concessão do CINM com garantia de salvaguarda de um conjunto de decisões estratégicas de competência exclusiva e reservada ao Governo Regional;
- Gestão integrada dos parques empresariais da região;
- Possível extensão da Zona Franca Industrial;
- Criação e regulamentação de um Registo Internacional de Aeronaves, previsto e aprovado no IV Regime Fiscal aplicável ao CINM;
- Colocar a economia do mar como uma das verdadeiras prioridades do Centro Internacional de

Negócios da Madeira, nomeadamente as empresas ligadas ao *shipping*;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

- Negociar a inclusão dos transportes e da mobilidade externa” no novo quadro comunitário;
- Canalizar mais financiamento comunitário para fortalecer as instituições académicas, com centros de investigação mais modernos;
- Alocação de mais recursos para a área científica;
- Aumento da autonomia na utilização dos fundos comunitários com uma maior flexibilidade e poder na elaboração das agendas e dos programas regionais;
- Criação de novos empregos ligados ao mar;
- Renovação da frota pesqueira, incentivos ao investimento na indústria transformadora de pescado e conserva;
- Ligação entre a educação e o emprego, com incentivos à formação profissional e reconversão de carreiras, apostando nas necessidades do mercado de trabalho e no emprego qualificado, e ainda uma parceria próxima com as instituições de ensino superior da Região;

TURISMO

- Promoção de maior concorrência e mais ligações;
- Terceira companhia para a rota entre Lisboa e o Funchal;
- Plano de incentivos para captar novas rotas;
- Plano de contingência para reduzir os efeitos dos constrangimentos do Aeroporto da Madeira;
- Reforço em 30% das verbas destinadas para a promoção turística
- Revisão do Programa de Ordenamento Turístico (POT);
- Valorização dos produtos regionais e a qualificação profissional. ●



PAULO CAFÔFO
Cabeça de lista do PS



CDS-PP QUER BAIXAR IRS, IRC E IVA

Um regime de baixa fiscalidade é uma das apostas dos centristas para a economia madeirense.

No programa centrista está prevista uma redução em 30% das taxas do IRS das famílias de menores rendimentos e da classe média, uma descida do IRC de 17% para 12% nos lucros até 15 mil euros e ainda taxas reduzidas para a Costa Norte e para o Porto Santo, e uma “baixa progressiva” do IVA de modo a que no fim da legislatura se alcance taxas de 4% no primeiro escalão, 9% no segundo e 18% no terceiro.

Os centristas calculam que esta redução de impostos tenha impacto de 30 milhões de euros no IRS, e que a descida do IRC dos 20% para os 17% tenha “efeito residual ou nulo” porque “permitiria aumentar” o investimento e a base tributável.

Já a descida no IVA, no entender do CDS-PP teria perda seria mínima.

IMPOSTOS

- Regime de baixa fiscalidade que permita atrair capital e investimento externo;
- Redução em 30% das taxas do IRS das famílias de menores rendimentos e da classe média, ao longo dos próximos 4 anos;
- Descida do IRC de 13% para 12% nos lucros até 15 mil euros e ainda taxas reduzidas para a Costa Norte e para o Porto Santo;
- Baixa progressiva do IVA de modo a que no fim da legislatura se

alcance taxas de 4% no primeiro escalão, 9% no segundo e 18% no terceiro;

– Compensação dos trabalhadores das empresas privadas das ilhas pelos custos de insularidade, a exemplo do subsídio concedido aos funcionários públicos;

ZONA FRANCA

– Negociação de um regime fiscal mais atrativo para o Centro Internacional de Negócios de modo a obter um regime idêntico aos que existem noutras praças europeias;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

– Canalização de fundos europeus para o investimento privado e a criação de emprego;



RUI BARRETO
Cabeça de lista do CDS-PP

– Alocação de 1% do Produto Interno Bruto em Investigação e Desenvolvimento, com incrementos graduais que permitam atingir os 2% até 2023;

– Redução dos custos de contexto das empresas, em áreas como os transportes, energia, combustíveis e comunicações;

– Atingir taxas de crescimento e de produtividade que permitam aumentos salariais superiores à inflação e a redução da precariedade laboral;

TURISMO

– Reposicionar a Madeira como destino turístico de qualidade;

– Duplicação das verbas públicas destinadas à promoção para fazer face ao crescimento da oferta turística que deve ser estabilizada;

– Requalificar as unidades, melhorar os serviços hoteleiros;

– Assegurar a qualidade do Alojamento Local e gerar mais receitas;

– Conseguir mais companhias aéreas para as ligações com o continente e o estrangeiro;

– Assegurar com a ANAM mais companhias aéreas nas ligações com Lisboa e com outros mercados europeus que reduzam os preços das viagens e cubram o défice de 30% entre o número de camas hoteleiras e a disponibilidade de lugares nos aviões;

– Negociar aumento de mais frequências nas atuais rotas e garantir abertura de outras em mercados promissores para o destino Madeira. ●

ASSEMBLEIA DA MADEIRA

Mais de metade do parlamento terá caras novas

Em 47 deputados, 25 serão estreantes, segundo as últimas sondagens. PS e BE lideram renovação.

RUBEN PIRES

rpires@jornaleconomico.pt

Tendo em conta a última sondagem realizada para as eleições regionais de 22 de setembro, mais de metade da futura Assembleia Regional deverá ser composta por caras novas.

Na atual legislatura, o PSD teve 24 deputados, mas a sondagem divulgada pelo “Diário de Notícias da Madeira” indica que no próximo mandato os sociais-democratas poderão cair para entre 18 e 19 deputados na Assembleia Regional. Da lista apresentada pelos sociais-democratas, constam os nomes de 12 atuais deputados.

Do lado do PS, as coisas são ligeiramente diferentes, embora o quadro parlamentar seja de continuidade. Nesta legislatura, os socialistas madeirenses contam com cinco deputados. Contudo, as sondagens apontam para que o PS Madeira consiga eleger entre 17 e 18 deputados. Neste cenário, dos atuais cinco, apenas Jaime Leandro, que se encontra na 22ª posição, ficará de fora do futuro parlamento. Mas a confirmarem-se os resultados das sondagens, o grupo socialista será composto maioritariamente por estreantes nas lides parlamentares.

Quanto ao CDS-PP, que tem atualmente sete deputados, poderá ver este número cair para entre três e quatro deputados, segundo as sondagens. Consultando a lista entregue pelos centristas, verificamos que três deputados estão em condições de manter os seus mandatos na próxima legislatura.

A CDU aposta num quadro de continuidade. Atualmente conta com dois deputados na Assembleia da Madeira e as sondagens apontam para a sua reeleição. A lista indica que um deles estará de regresso na próxima legislatura, face à atual composição parlamentar.

Quem deverá mudar muito será o Bloco de Esquerda, que tem atualmente dois deputados, Roberto Almada e Rodrigo Tranco, que não são candidatos nas

eleições que se avizinham. De acordo com as sondagens, os bloquistas deverão eleger entre três e quatro deputados. Isso significa que todos serão caras novas, quando comparados com a última sessão parlamentar.

Quanto ao Juntos Pelo Povo (JPP), contabiliza atualmente cinco parlamentares e as sondagens indicam que poderá reeleger dois.

No cômputo geral, 22 dos atuais 47 deputados que estiveram na última sessão legislativa poderão estar de regresso, o que corresponde a 47% do total de eleitos. O mesmo é dizer que 53% do hemiciclo regional serão novas caras. ●

A confirmarem-se as sondagens, a maior parte do grupo do PS será composto por estreantes nas lides parlamentares, com apenas quatro reeleições

ESPECIAL ELEIÇÕES

JPP REIVINDICA PLANO ESTRATÉGICO PARA O TURISMO

A grande preocupação do Juntos pelo Povo (JPP) é a sustentabilidade das contas públicas, dado que este partido considera que qualquer programa do ponto de vista da despesa está condicionado pela questão da dívida da Região. O JPP realça que, no ano de 2018, dos 900 milhões de euros de receita de impostos, 600 milhões foram para o serviço da dívida.

No setor do Turismo, o JPP sublinha que falta um plano estratégico para toda a Região e destaca o problema da operacionalidade do aeroporto, além da falta de alternativa ao meio aéreo, com um ferry.

Os elevados custos do fret são mais uma preocupação do Juntos pelo Povo, dado que isto tem repercussões nas empresas da Região com “custos excessivos”. Ainda sobre esta matéria o JPP considera que seria importante a entrada de um navio ferry que faça não só transporte de mercadorias, para fazer concorrência direta e assim baixar o preço do fret, mas também para transporte de passageiros.

IMPOSTOS

– Redução de 1% da taxa de IRC até

aos 15 mil euros de matéria coletável, ou seja, dos 13% para os 12%;
– Redução da taxa geral de IRC em 1%, passando dos 20% para os 19%;
– Redução do IVA, de modo a aliviar as empresas;
– No IRS defende também que deveria ser dado um alívio à classe média, já que a receita dos impostos indiretos tem vindo a aumentar de ano para ano;

ZONA FRANCA

– Discorda do ajuste direto e defende que deveria ter sido feito um concurso internacional na questão da gestão do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM);



ÉLVIO SOUSA
Cabeça de lista do JPP

– Avançar com o registo de aeronaves;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

– Os fundos europeus devem ser canalizados para a criação de emprego, e não para subsídios;
– Devem também ser convergidos para a área da Economia do Mar, para que estas empresas consigam dar mais empregos;
– O JPP considera que os fundos têm sido usados para alimentar monopólios;
– Defende que existe um oligopólio concertado no setor do transporte de mercadorias, já que a Madeira tem a fatura portuária mais cara do país;
– Os elevados custos do frete devem ser combatidos com a entrada de mais uma empresa que faça concorrência direta neste setor;

TURISMO

– Considera que falta um plano estratégico para toda a Região;
– A operacionalidade do aeroporto é para o JPP um problema, bem como a falta de uma alternativa ao meio aéreo, com um ferry. ●

CDU DEFENDE REGIME FISCAL PRÓPRIO

Entre as medidas que a CDU defende está um regime fiscal próprio para a Região, com a particularidade de criar um imposto para os detentores de patrimónios e carros de luxo. Já no que toca ao IRS, consideram que o essencial tem vindo a ser bem concretizado na Região.

A CDU frisa que o problema da sobretaxa do IRS é uma matéria a resolver com o Estado, dado que considera que estas verbas deveriam ser da Região.

O aumento do investimento público na produção regional, com a substituição crescente da produção importada pela produção da Região. A par disto a CDU prevê também o aumento das exportações, sobretudo de produtos de elevado valor acrescentado e com fraca componente importada, como forma de reduzir o défice externo e inverter a dependência económica.

IMPOSTOS

– Prevê o agravamento da carga fiscal para empresas com atividade na área da extração de pedra, extração de areias no mar, britadeiras, para compensar os prejuízos ambientais que provocam;

– Criação de um imposto regional para os detentores de património e carros de luxo (taxa adicional na Região);
– Defende a criação de um regime fiscal próprio;
– Redução do IVA para as pequenas e micro empresas na área da restauração;

ZONA FRANCA

– As pequenas e micro empresas que se instalam e que já estão instaladas na Região devem ter, por extensão, os mesmos benefícios fiscais das empresas sediadas na Zona Franca;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

– Acréscimo do salário mínimo em 7,5%;
– Para além de uma reconfiguração da TAP, com o pleno controlo público, defende um novo modelo de aplicação do subsídio de mobilidade com a materialização de uma prestação de serviço público, em vez da liberalização das ligações entre a Região e o continente;

TURISMO

– Obrigação das companhias aéreas a serviços mínimos em casos de greve nos voos para a Região, e a serviços máximos no caso de reabertura do aeroporto;
– Nova política ecológica e energética para o setor do Turismo, bem como de preservação da natureza;
– Quer assegurar o transporte marítimo regular ao longo de todo o ano para passageiros entre a Região e o continente. ●



EDGAR SILVA
Cabeça de lista da CDU



ALIANÇA PROPÕE REPOSIÇÃO DO DIFERENCIAL FISCAL

A Aliança defende que o equilíbrio social tem de ser um princípio da governação, algo que não acontece na região, onde em vez de se ter solidariedade temos uma “região assistencialista”.

O partido mostra ainda preocupação com a “situação extremamente delicada” com que se confronta a região marcada por uma “profunda debilidade socioeconómica”, que se traduz na “degradação das condições de vida da generalidade” da população que coloca em causa o desempenho pela região das suas responsabilidades de protecção dos mais desfavorecidos.

A Aliança afirma que as famílias têm sido castigadas por “uma elevada carga fiscal”, com PME’s que se encontram exauridas e “sem capacidade de investimento ou inovação” pela pesada carga fiscal que suportam. Nesse sentido o partido diz que é essencial implementar na Madeira

uma política fiscal que responda aos princípios de justiça e equidade fiscal.

Quando questionado sobre num cenário de baixa de taxas de impostos quais seriam as medidas para compensar a perda de receitas, a Aliança diz que é “fundamental” fazer uma análise real às contas públicas, pois neste ano temos visto muitas situações que permitem antecipar algumas surpresas. A Aliança entende que a zona franca deve ser definida como uma das ferramentas essenciais do modelo de desenvolvimento económico da região.

IMPOSTOS

– Reposição do diferencial fiscal;
– Simplificar e facilitar o relacionamento com a Administração Fiscal;
– Melhorar a eficiência da administração fiscal regional;
– Desburocratizar a relação dos cidadãos e das empresas com a administração fiscal;
– Promover a formação e requalifi-



Lusa

PTP QUER REGIONALIZAR ZONA FRANCA

O PTP antes de propor medidas sublinha a “dívida gigantesca, herança do jardinismo”, que obriga a que saiam 600 milhões de euros do orçamento regional. Ao mesmo tempo frisa que há um conjunto de grupos empresariais que tomaram conta do poder político. Uma das medidas que propõe passa pela regionalização do Porto do Caniçal, pois tudo o que os madeirenses consomem duas ou três vezes mais caro devido ao custo do transporte de mercadorias. O PTP chama a atenção para quando se pedem fundos europeus e a Região tem de entrar com 20% do financiamento, pois isso leva a endividamento, tal como já aconteceu no passado.

IMPOSTOS

– A nível dos impostos, o PTP considera que o estatuto político-administrativo tem de ser aproveitado para baixar os impostos;

ZONA FRANCA

– Defende que o Centro Interna-

cional de Negócios da Madeira (CINM) deve estar regionalizado, considerando que um trabalho que serve para captar impostos não pode estar nas mãos de uma empresa privada;

– As empresas que têm estes benefícios fiscais têm de contribuir para a economia da Região e têm efetivamente de criar postos de trabalho;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS



RAQUEL COELHO
Cabeça de lista do PTP

– Identifica o problema da poluição dos mares e da falta de ETARs;

– Os fundos europeus devem ser aplicados no meio ambiente e nos transportes;

– Refere que é preciso ter cuidado com os fundos, nos casos em que é preciso dar cerca de 20% de financiamento, pois isso leva a dívidas;

– Os fundos devem ainda ser alocados para o abastecimento de mercadorias e para os transportes, no sentido de estes terem preços mais atrativos;

TURISMO

– Identifica o problema a nível da mobilidade, bem como o facto de os preços das viagens aéreas estarem inflacionados pelo subsídio de mobilidade;

– Ainda há o fator de não haver mobilidade marítima, sem ser nos meses de verão, a preços absurdos para o erário público;

– Considera importante manter a paisagem agrícola característica da Madeira, que se tem vindo a perder. ●

BE QUER REGIME DE TRIBUTAÇÃO ESPECIAL PARA LUCROS EXCESSIVOS

cação profissional periódica de todos os trabalhadores da administração fiscal regional;

ZONA FRANCA

– Definição e avaliação de um plano estratégico para a Zona Franca;

– Redefinição do modelo da Zona Franca;

– Uma nova estratégia fiscal;

– Definição de estratégias para atrair empresas que necessitem para além de benefícios fiscais, mão-de-obra qualificada;

– Articular o Centro Internacional de Negócios (CINM) com a universidade, para a criação de empregos qualificados;

– Através da diplomacia económica atrair para a região sucursais de empresas tecnológicas;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

– Aposta na diplomacia económica que permita lembrar em Bruxelas a importância dos territórios ultraperiféricos dentro da União Europeia;

– Aposta num amplo projeto de requalificação profissional e em criar condições favoráveis de apoio às PME's;

– Linhas de investimento para a transição energética, energias renováveis, agricultura biológica, e para evitar as perdas de água potável;

TURISMO

– Um turismo que vá de encontro ao que o cliente pretende, em que os governantes não entrem em guerras estereis com fornecedores nem em sucessos mediáticos temporários;

– Espaços de promoção do destino Madeira localizados na costa sul e norte, e no Porto Santo;

– Um setor atuante, com capacidade de aprender, mudar e inovar de modo a gerar soluções;

– Um setor inovador, com capacidade de ir de encontro ao que o cliente pretende, que não se limite a copiar modelos;

– Um setor verde na paisagem, azul no horizonte e bonito nos locais, não podemos deixar de ser a pérola do Atlântico. ●

Trazer para o domínio público atividades estratégicas para a Região é a prioridade do Bloco de Esquerda. Aqui podemos incluir o Porto de Mercadorias do Caniçal, a concessão rodoviária da via litoral, e a gestão do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM).

Outra medida a sublinhar é que o BE quer tornar os transportes públicos gratuitos para toda a Região.

O Bloco defende que a via litoral, com lucros de 50 milhões, e o teleférico, com lucro de 6 milhões por ano, deveriam ter uma tributação especial para lucros excessivos. Esses benefícios poderiam, no caso do teleférico, reverter para as autarquias.

IMPOSTOS

– O BE defende que se deveria baixar o IVA em vez do IRC, porque considera socialmente mais justo, uma vez que as camadas mais pobres da população têm todos os seus rendimentos expostos ao IVA, enquanto considera que só as grandes empresas é que iriam beneficiar com a baixa do IRC;

– Regime de tributação especial para lucros excessivos para infraestruturas e serviços públicos, como a via litoral e o teleférico, com benefícios a reverter, no caso

do teleférico, por exemplo para as autarquias;

ZONA FRANCA

– Trazer para o domínio público a gestão do CINM, pois considera que não faz sentido os benefícios fiscais serem geridos por privados;

FUNDOS EUROPEUS/ ECONOMIA/ FINANÇAS

– Defende que a Região deve controlar o setor das telecomunicações na RAM;

– Quer fundos europeus alocados para o setor das tecnologias, tendo em vista o alargamento do mesmo;

– A proteção da natureza e do ambiente, através da reflorestação com recurso às plantas endógenas deve beneficiar de fundos europeus;

TURISMO

– Crescimento da oferta de transportes aéreos, quando aliás o que se tem verificado é o contrário;

– Identifica o problema a nível da operacionalidade do aeroporto;

– Repara que a Região está completamente dependente de fatores externos, pois não tem nenhuma companhia aérea;

– Alerta para o rápido crescimento do setor turístico, pois pode comprometer a reputação do destino. ●



JOAQUIM SOUSA
Cabeça de lista do Aliança



PAULINO ASCENSÃO
Cabeça de lista do BE

REGIÃO

DESAFIOS DA REGIÃO

Calado: “Madeira não tem déficit há seis anos e cresce mais que o país”

Conferência organizada pelo EM e JE reuniu líderes políticos e empresariais para debater o futuro da Região. Vice-presidente do Governo defendeu o desempenho orçamental e económico da Madeira.

RUBEN PIRES E LAURA LEÓN
rpires@jornaleconomico.pt

O vice-presidente do Governo Regional da Madeira, Pedro Calado, sublinhou esta quinta-feira que a República tem de oferecer melhores condições à Madeira, pois a Região apresenta saldos orçamentais positivos há seis anos, contribuindo de forma positiva para a consolidação das contas públicas a nível nacional.

“Estamos a contribuir positivamente para as contas a nível nacional e exigimos também ser tratados exatamente pelo mesmo esforço e contributo que estamos a dar. Não tem sido esse o entendimento, mas vamos continuar a fazer o nosso trabalho”, frisou, durante a conferência “Os Desafios da Região”, organizada no Funchal pelo Económico Madeira e o Jornal Económico, com o apoio da Abreu Advogados e da Empresa de Eletricidade da Madeira, com o alto patrocínio do Governo Regional. O vídeo da conferência, que foi transmitida em direto, está disponível na plataforma JE Tv, nos sites do Económico Madeira e do JE (www.jornaleconomico.pt).

Pedro Calado contrastou as contas públicas da Região com as nacionais. “Enquanto no continente

discute-se se o déficit vai ser 1% ou 0,5% [do PIB], sempre a falar no déficit, na Madeira há seis anos que não há déficit”.

O vice-presidente do Governo Regional referiu que o saldo orçamental que a Região tem vindo a registar na execução desde 2013 tem sido positivo, mas sem descurar o investimento público.

“A Região tem cumprido o ritmo de investimento público que se propôs fazer, mas nunca apresentando uma despesa superior à receita. Nós sabemos que despesa temos de realizar, mas essa despesa fica condicionada ao nível das receitas. Não andamos a contribuir para o crescimento do déficit no país”, salientou.

Pedro Calado referiu ainda que o PIB da Madeira tem crescido acima da média nacional e que a Região está a reduzir o diferencial de desenvolvimento face à média europeia.

Baixa produtividade explica estagnação económica

A baixa produtividade é um dos motivos que explicam a estagnação registada na economia portuguesa, disse Joaquim Miranda Sarmento, *keynote speaker* da conferência “Os Desafios da Região”.

“Trabalhamos muito mas de uma forma pouco produtiva”, afirmou.

Os custos de contexto e burocracia, a falta de mão de obra e a baixa produtividade do fator capital e trabalho, são alguns dos entraves ao investimento, à competitividade e ao crescimento em Portugal.

Outros motivos que travam o investimento, defendeu Joaquim Miranda Sarmento, incluem a “lentidão da justiça, a falta de mão de obra qualificada em alguns setores, a baixa produtividade do fator capital (baixa FBCF e má gestão), a baixa produtividade do fator trabalho (qualificações e má gestão), a rigidez do mercado laboral (dicotomia contratos vs. precários), e o sistema fiscal”.

Madeira enfrenta desafios no IRC, IVA e Zona Franca

A fiscalidade na Região Autónoma da Madeira (RAM) tem, no entender de Joaquim Miranda Sarmento, dois grandes problemas. O primeiro está relacionado com as “taxas de IRC e IVA superiores aos Açores, e pouco menos inferiores às do Continente”, e o segundo com o Centro Internacional de Negócios (CINM), vulgo Zona Franca.

Joaquim Miranda Sarmento foi claro na sua intervenção ao afirmar que a Zona Franca não é um paraíso fiscal, mas que atravessa alguns desafios.

“Há uma fraqueza no rácio de trabalhador por empresa quer nos serviços, quer na zona industrial do CINM. É um problema que urge olhar”, alertou. Lembrou a propósito que o CINM representa uma receita entre 100 e 120 milhões de euros, 13% da receita fiscal da RAM e cerca de metade do IRC.

O *keynote speaker* da conferência citou vários estudos e alertou que o fim da Zona Franca teria impacto nos salários médios da região, uma quebra de 10% no PIB regional, uma perda de quatro a seis mil empregos, mais de 200 milhões de euros em perdas de receitas fiscais, o que representa cerca de 20% da receita fiscal da região, para além de um “efeito desastroso” no PIB.

Entre outras consequências elencadas por Joaquim Miranda Sarmento, se a Zona Franca acabasse, estão o eventual aumento do desemprego que provocaria uma “descida significativa” dos salários da região, e o aumento do peso do turismo na região, um setor com “forte volatilidade e concorrência internacional”.

O impacto do eventual fim do CINM, para o economista, “teria um efeito equivalente à crise de 2008-2012, em que a RAM teve de pedir um programa de assistência económica e financeira à República”. ●



ROSA AREIAS
Tax Partner
da PwC

A Tax Partner da PwC afirmou que Portugal tem uma carga fiscal muito elevada, que coloca em causa a produtividade e o desenvolvimento.



LUÍS MIGUEL SOUSA
CEO
do Grupo Sousa

O empresário defendeu a retoma dos apoios comunitários às PME's como medida para compensar o “handicap permanente” da região devido à sua insularidade e pequena dimensão do mercado.



LUÍS DE SOUSA
CEO
do Grupo ACIN

O CEO afirmou que o Estado deve “tocar o menos possível” na economia, devendo atuar como regulador.



PAULO PRADA
Administrador do Grupo
Pestana e presidente
da SDM

A dificuldade em recrutar foi uma das preocupações identificadas pelo administrador do Grupo Pestana.





Fotos: Helder Santos/Aspress

DESAFIOS DA REGIÃO

Empresários veem sinais vermelhos na economia azul e noutros setores

A Madeira precisa de mão de obra qualificada, fiscalidade mais favorável e menos intervenção estatal, segundo empresários e especialistas.

RUBEN PIRES E LAURA LEÓN
rpires@jornaleconomico.pt

A carga fiscal, a escassez de mão de obra qualificada, os inadequados currículos escolares e a dificuldade em recrutar foram as principais preocupações manifestadas pelos empresários madeirenses presentes no painel “A Região Vista pelos Empresários”, da conferência “Os Desafios da Região”, organizada esta quinta-feira no Funchal pelo Económico Madeira e Jornal Económico, com o apoio da Abreu Advogados e da Empresa de Electricidade da Madeira, com o alto patrocínio do Governo Regional.

Luís Miguel Sousa, presidente e CEO do Grupo Sousa, defendeu a retoma dos apoios comunitários às PME para compensar o “handicap permanente” da região devido à insularidade e pequena dimensão do mercado.

A falta de mão de obra qualificada e a existência de currículos escolares desajustados foram as principais preocupações expressas por Luís de Sousa, CEO do Grupo ACIN. O empresário defendeu ainda que o Estado deve intervir o menos possível na economia, devendo atuar apenas como regulador.

A dificuldade em recrutar foi um dos desafios identificados por Paulo Prada, administrador do Grupo Pestana. O gestor do gigante da hotelaria sublinhou que os empregadores são os primeiros culpados, adiantando que é preciso “tornar a hotelaria mais sexy para cativar mais pessoas” para a atividade. Realçou ainda outro constrangimento: a mobilidade aérea.

Visto gold permitiria atrair investidores

A conferência discutiu ainda a “Economia Azul e o Desafio da Diversificação”. Rosa Areias, *tax partner* da PwC, propôs no painel a criação de um visto *gold* para a Madeira, uma ferramenta que no seu entender permitiria atrair investidores para a Região.

Ao nível da fiscalidade, sublinhou que Portugal tem “uma carga fiscal enorme, que é um país no topo da União Europeia” a esse nível, que depois não se traduz em termos de desenvolvimento e de produtividade.

O associado da Abreu Advogados, Gonçalo Freitas de Sousa, afirmou que um regime que apresente benefícios fiscais é um “atrativo inegável” para trazer investimento estrangeiro e desenvolver e diversificar a economia azul, em específico.

Madeira precisa de formação na economia do mar

O membro da comissão diretiva do Observatório Oceânico da Madeira, João Canning-Clode, explicou no mesmo painel que a aquacultura é já o presente, acrescentando que a região tem “condições ótimas” para a atividade.

O diretor geral da Máxima Dinâmica - Reparações e Construções, Frederico Resende, referiu que, no que respeita à economia do mar na Madeira, “precisamos de formação” na área voltada para o mar, e um pólo de treino e formação para as tripulações de aviões, com simulações de amargens de emergência ou situações semelhantes. ●

Os vistos gold são como uma ferramenta para atrair investidores para a região. Um regime com benefícios fiscais é também um “atrativo inegável” para investimento estrangeiro



01. Da esquerda para a direita: Filipe Alves modera o debate entre Luís Miguel Sousa, Luís de Sousa e Paulo Prada.

02. Pedro Calado fez a abertura da sessão com uma intervenção onde elogiou o desempenho económico da Região.

03. Joaquim Miranda Sarmento falou sobre a fiscalidade como fator de

desenvolvimento regional.

04. Shrikesh Laxmidas modera o debate entre Rosa Areias, João Canning Clode, Gonçalo Freitas de Sousa e Frederico Resende.

05. O *coffee break* foi aproveitado pelos convidados para *networking*.

06. O ex-secretário regional Sérgio Marques à conversa com Frederico Resende.

REGIÃO

FORMAÇÃO E INOVAÇÃO

O empreendedorismo é cada vez mais multidisciplinar

Docente do ISCTE diz que os alunos portugueses de empreendedorismo e inovação são “altamente apeteceíveis” para as empresas.

LAURA LEÓN

lleon@jornaleconomico.pt

São atividades nas quais são necessárias cada vez mais disciplinas e que se estão a tornar mais tecnológicas. Estamos a falar do empreendedorismo e da inovação, conceitos que se têm feito ouvir mais recorrentemente e que andam de mãos dadas, quer seja no meio universitário, quer no seio das empresas.

Pedro Sebastião, docente no ISCTE, diz que ao contrário do que acontecia antes, quando ser empreendedor partia de uma pessoa, os projetos nesta área são cada vez mais multidisciplinares.

Assim, a pessoa que trata do desenvolvimento do produto normalmente não é a mesma que fica responsável pelos contactos e pela divulgação.

Pedro Sebastião dá o exemplo do projeto na área do empreendedorismo que é desenvolvido na Região Autónoma da Madeira, o RS4E (Road Show for Entrepreneurship). Este programa desafia alunos, do ensino básico ao ensino superior, a desenvolver uma ideia de negócio.

“É um excelente exemplo de como juntar pessoas de várias áreas é de facto necessário, porque não basta ser uma pessoa com características empreendedoras, mas se quer chegar ao mercado com alguma coisa, tem de juntar pessoas de várias áreas, porque às vezes até se esquecem ou nem sequer chegam a pensar noutras áreas que também são necessárias para colocar o produto no mercado”, explica.

De acordo com o que tem acontecido em todos os setores de atividade, o empreendedorismo não foge à regra e é também cada vez mais tecnológico.

Pedro Sebastião frisa que quando estamos a falar de empreendedores não estamos apenas a referir-nos àqueles que criam uma startup. É possível ser empreendedor dentro de uma empresa, pois acredita que isso é um estado de espírito e tem muito a ver com a mentalidade de cada um.

“Tal como há alunos que gostam mais de matemática, enquanto outros preferem o português e ainda há

uns que se safam melhor no inglês. Já está talhado”.

Na área do empreendedorismo e da inovação, o financiamento é na maioria das vezes a parte mais difícil, principalmente se estivermos a falar de investimento privado.

Em relação ao ensino superior, Pedro Sebastião considera que Portugal está ao mesmo nível de outros países da Europa e até mesmo do Japão. Ao mesmo tempo salienta que jovens que estão a tirar cursos nestas áreas já são muitas vezes requisitados pelas empresas ainda antes de terminarem os estudos.

O docente fala num projeto que está a ser desenvolvido pelo ISCTE para um veleiro científico. “No fundo as pessoas que embarcam naquilo são pessoas que querem saber mais”.

O veleiro vai ser apoiado por drones e robots, além de que vai ter uma série de sensores e um laboratório dentro da embarcação, que permite fazer experiências e funciona também como plataforma educativa. Vai ser possível, por exemplo, participar numa aula à distância, onde os alunos podem ver o que está ser realizado dentro do veleiro. ●



Não basta ser uma pessoa com características empreendedoras, se quer chegar ao mercado com alguma coisa tem de juntar pessoas de várias áreas

OPINIÃO

Por uma Região mais pobre!



TIAGO FREITAS

Especialista em Assuntos Europeus

Estamos na reta final das campanhas para as eleições legislativas Regionais e Nacionais. Aqui na Madeira estas se confundem. As campanhas, bem entendido, mas também as eleições pois se Miguel Albuquerque é o cabeça de lista de ambas, como forma de vincar a a sua liderança e compromisso com o projecto social-democrata, também do lado socialista parece existir um candidato único, António Costa. Mais uma vez veio à Madeira ajudar o ex-presidente Câmara, em comícios e entrevistas, intervenções que se revelaram pífiás, pois não conseguiu, sequer, confirmar e compromete-se com as promessas que Cafôfo garantira dias antes que seriam as grandes bandeiras a agitar pelo primeiro-ministro. Mas recuperemos algumas das propostas que o cabeça de lista do PS/Madeira avançou nas últimas semanas e que, de tão absurdas, parecem saídas de um contexto kafkiano.

1. Foi prometida uma alteração da Lei de Finanças Regionais, que sim deve ser alterada, afirmando que a Madeira beneficiaria de um acréscimo de 300 milhões (só no caso do PS ganhar na Madeira?! É muita massa! Tentando ler a superficialidade da promessa, uma vez que não é concretizado de onde vem, como vem, e qual a finalidade, percebemos porém que são afinal 30 milhões anuais, durante 10 anos. Olá!!! Já baixou bastante!

A que se referirão esses 30 milhões? A transferências orçamentais (art.48º LFR)? Não pode ser, uma vez que a actualização destas é feita com base na taxa de crescimento da despesa do Estado, limitado ao crescimento do PIB. São regras de responsabilidade orçamental impostas pela UE, pelo que se a promessa é por aqui,

é mentira. Costa teria de vencer a UE, o que não é crível nem interessante para o futuro de Centeno. Ou seja, sem mexer na fórmula de repartição das Transferências Orçamentais entre as duas Regiões seria impossível, uma vez que esta beneficia os Açores, dadas as variáveis - número de ilhas habitadas, dispersão das mesmas, distância face ao continente, etc. Logo, aumentando para a Madeira teria de aumentar exponencialmente para os Açores. Orçamentalmente não seria admissível para a UE. E mudando a fórmula de repartição em favor da Madeira haveria uma revolução, e com justiça, na Região irmã dos Açores. Um ganho ou aprofundamento autónomico nunca se faz em prejuízo de outra Região Autónoma...

Uma vez que também não se perspectiva na parangona que se trate de uma assunção por parte da República de uma das grandes rubricas regionalizadas, Saúde ou Educação, à semelhança do que acontece com a Segurança Social, até porque a verba em questão não daria para “tapar a cova a um dente”, esses 30 milhões só podem referir-se ao Fundo de Coesão Nacional (art.49º LFR). Tem ainda mais lógica se tomarmos em atenção que a Madeira tem estado sob “ameaça” de perda de precisamente 30 milhões deste envelope destinado unicamente ao investimento, como “penalização” pelo sucesso da nossa Região em função do nosso crescimento do PIB face ao correspondente Nacional. Uma vez que a fórmula de quantificação do Fundo se faz em razão do nosso PIB face ao

António Costa veio mais uma vez à Madeira ajudar o ex-presidente Câmara, em comícios e intervenções que se revelaram pífiás, pois não conseguiu, sequer, confirmar e compromete-se com as suas promessas

Nacional, e dado o nosso melhor desempenho, já tivemos esse corte num passado recente tendo no orçamento deste ano estado em vias de o sofrer novamente. Mas um corte dessa natureza no próximo exercício orçamental só poderia ser enquadrado no domínio da vigarice política. Sendo ano de execução da obra do Hospital, seria totalmente inaceitável que a República desse financiamento com uma mão (os 50%, que afinal são menos de 30%, decorrentes do PIC) e retirassem com a outra (redução das verbas do Fundo de Coesão Nacional). Até porque implicaria, na diferença entre ambas, menos Dinheiro para a RAM. Resumindo, ficaríamos com hospital para construir e menos dinheiro do que temos hoje para o concretizar. Logo, o que Cafôfo promete é algo que já é expectável que aconteça. Nada de novo. Uma habilidade que alguém lhe soprou do Terreiro do Paço. É reclamar como esmola algo que já é nosso por direito.

2. O candidato do PS prometeu um crescimento do PIB de 10% em 10 anos. A conta é fácil. 1% ao ano. Mas como a Madeira está a crescer nestes últimos três anos entre 2 e 3%, pergunta-se o que raio quer o candidato do PS para a Madeira? A divergência económica com o País e a Europa, agora que temos melhores resultados que estes? É simples incompetência ou loucura?

E que dizer da promessa de 100 milhões de investimento público (não tendo eu percebido se se tratava de investimento puro e simples, ou se incluía investimento em recursos humanos - despesa de funcionamento da administração pública)? Quero recordar que nos anos da TROIKA a nossa despesa de investimento estava barrada aos 150 milhões. Cafôfo quer que regressemos a uma TROIKA, mas ainda mais severa?! O Governo do PSD está a orçamentar uma média de 650 milhões para o investimentos, executando cerca de 400 milhões. Pretendem os socialistas que invistamos quatro vezes menos do que este Governo tem executado? É a apologia do empobrecimento? Um dia Sócrates descaiu-se e gritou num discurso que queria um País mais pobre. Quer Cafôfo uma “Região Mais Pobre”. Bem poderia ser o seu slogan de campanha. ●

arts in

hotel
conde
carvalho

Hotel • Gallery • Lounge • Studio



+351 965 015 330
 reservations@artsin.com
 www.artsin.com
 Rua Conde Carvalho, 53 9060-011 FUNCHAL



EMPRESAS & NEGÓCIOS

VINHOS

Diana Silva arrisca nos vinhos de mesa da 'Ilha'

Com apenas dois anos de história, os vinhos 'Ilha' estão a ganhar a confiança dos consumidores.

NUNO MIGUEL SILVA
nmsilva@jornaleconomico.pt

“Disseram que eu era louca. Não houve uma alma que pensasse que eu ia ter sucesso”, confessa Diana Silva, a produtora de vinhos que está a tentar mudar a mentalidade da Madeira no setor vitivinícola, enfatizando a capacidade das castas locais para produzir vinho de mesa com a marca 'Ilha', e não apenas o vinho internacionalmente reconhecido, o licoroso vinho da Madeira. “Foi o vinho tinto que me fez ir para a Madeira produzir. O que eu fiz é diferente de tudo o que se faz”, admite Diana Silva, mas já confortada com dois anos de sucesso desta iniciativa intrépida.

“Sou da Madeira, nasci no Funchal, no Lido. Vim para o Continente, para a universidade, para Lisboa, para tirar a licenciatura em Comunicação e Turismo. No final, tínhamos de fazer um estágio de dois meses. A mim, calhou-me a área dos vinhos. Tive a opção de voltar a casa e tive de estagiar numa grande casa de vinhos da Madeira, como guia turística. Na prática, passei a fazer um pouco de tudo, porque era preciso mão-de-obra. E nesse trabalho, tive a sorte de provar vinhos generosos da Madeira, de provar os melhores vinhos da ilha, com cinco, dez anos, do início de 1900 ou mesmo de 1800 e tal. E nessa idade, ou se se valoriza muito essa experiência, como foi o meu caso, ou se detesta. Eu apaixonei-me pelos vinhos”, relembra.

E foi a partir daí que Diana começou a pensar em lançar o seu projeto. “Quis pegar na casta Tinta Negra, que até ao ano passado praticamente só era usada para vinhos Madeira, licorosos. É uma casta que representa 85% da produção dos vinhos na ilha da Madeira. Como é muito abundante e muito produtiva, tem um estigma associado: se produz muito é porque não é de muito boa qualidade. Foi esse estado de coisas que eu quis alterar e colocar a casta a produzir vinho de mesa. Penso que a casta está a dar a volta. Penso que dentro em breve iremos conseguir convencer os mais desconfiados”, sublinha a dona dos vinhos 'Ilha'.

“Comecei com a compra de uvas a três produtores no primeiro ano, na safra de 2017, mas na colheita de 2018 já consegui negociar a compra

de uvas junto de cinco produtores. Porque o outro desafio deste meu projeto foi começar tudo isto sem ter quaisquer terrenos de vinhas na ilha da Madeira. Não pertencem a famílias produtoras de vinhos na ilha da Madeira, nem com terrenos para plantar vinhas. O meu avô era de São Vicente, onde sei que tinha vinhas, mas não me chegou nada. Daí, ter tido a necessidade fazer parcerias com produtores de vinho locais a quem consegui comprar as uvas para fazer os meus vinhos”, assume.

Na ilha da Madeira, os terrenos de vinhas, assim como de outras cultu-



VINHO TINTO ILHA E
Uma experiência nova, bastante apelativa, da colheita de 2017, com estágio em aduela num período de três a quatro meses, seguido de um outro estágio, de um ano, em garrafa. No global, esta marca de vinhos já exporta entre 10% e 15% da produção, para mercados como os EUA, Alemanha e Bélgica, estando prevista a abertura de novos destinos como a Suécia ou Taiwan.



DIANA SILVA
Produtora dos vinhos 'Ilha'

ras, são muito pequenos, fragmentados. Não são socacos, como no Douro, são autênticos precipícios, com vista para o Atlântico, o que dificulta o processo da vindima e onera todos os custos do processo. E os preços dos terrenos balançam-se para níveis astronómicos. “Quando estava a arrancar com o projeto, pediram-me cerca de 120 mil euros por um terreno cerca de quatro mil hectares. Um terreno de vinha ainda bebé, que ninguém saberia se iria resultar bem ou não. Felizmente, não tinha dinheiro para uma loucura dessas. Agora, já percebi que estes valores estavam muito inflacionados. Mas, claro, andei a avaliar vinhas, terrenos, a tentar encontrar uma outra solução. É preciso dizer que tenho a meu desfavor o facto de ser mulher, jovem, o facto de não me conhecerem na ilha. Mas tenho conseguido aos poucos dar a volta à situação”, assinala Diana Silva, reconhecendo, ao mesmo tempo que, tendo em conta o arraigado carácter regionalista dos ilhéus, se não fosse madeirense, não teria levado o projeto por diante.

A dona dos vinhos 'Ilha' sublinha que paga acima da média. E no ano de 2018, segundo da produção desta marca, já conseguiu fazer o acompanhamento da compra das uvas e da produção do vinho. “Mas, além da parceria com vários produtores locais, consegui fazer uma parceria com a Justinos, a maior produtora de uvas e de vinho da Madeira. A Justinos, em todas as safras, compra cerca de metade da produção de uvas de toda a ilha da Madeira”, salienta.

A produção de vinho na ilha da Madeira ronda, neste momento, cerca de quatro mil toneladas de uvas, em média, em cada safra. Há cerca de 500 hectares de área de produção de vinho na Madeira, o que é uma área muito pequena. A época da vindima na Madeira iniciou-se este ano a 28 de agosto e deverá terminar em outubro. “As vinhas na Madeira são em latada, o que quer dizer que quando há muito calor e muita humidade, como tem sido o caso este ano, não houve frio suficiente para secar os cachos à noite. Isto deverá significar uma quebra significativa de produção que se espera para a safra deste ano”, prevê.

Os vinhos 'Ilha' posicionam-se num nicho de mercado, *premium*, com preço elevado, e vendem-se em

garrafeiras, no canal HORECA (Hoteltaria, Restauração, Cafetaria) e no El Corte Inglés. Diana Silva beneficia do facto de no seu trajeto profissional ter estabelecido uma rede confiável de contactos na distribuição antes de começar a produzir vinhos. “Fazer vinho de mesa da Madeira é o melhor desafio da minha vida, mas o meu portefólio não vai de encontro ao consumidor. No entanto, já vendi toda a produção de 2017 e ao fim de poucos meses já tenho pouco para vender da safra de 2018. Comecei ao contrário, montei primeiro uma rede de distribuição e só depois é que comecei a produzir. Porque tenho a certeza de que é mais difícil vender o vinho do que fazê-lo”, garante.

A Tinta Negra, 'prima' da Pinot Noir, é a casta mais abundante da Madeira. No segundo ano de produção dos 'Ilha', temos um branco, um *blanc de noirs*, um rosé, um tinto e um tinto que é uma experiência nova, o 'Ilha E', de 2017, que teve estágio em madeira. E temos também um outro branco, da casta Verdelho. Convidados por Diana Silva para almoçar no Tasca da Esquina, de Vítor Sobral, um dos maiores clientes dos vinhos 'Ilha', foi-nos apresentado o *blanc de noirs*, que apresenta um contraste forte entre o nariz e a boca e evidência salinidade, acidez e frescura.

Tivemos lulas salteadas com cogumelos e alho, num ponto perfeito, que nos souberam a poucas. Uma travessa de atum braseado, no seu melhor, talvez pouco coadjuvado por um molho muito untuoso e pesado. De referência, o croquete de alheira, agora que este espécime está em vias de extinção, mais uma entrada simpática de polvo com tomate picadinho, *comme il faut*, e outros legumes, acompanhado com *chips* de batata doce. A preceito, sem deslumbrar. Serviu para acompanhar os brancos e o rosé. Para os tintos, ficou o prato principal, uma posta de bacalhau, honesta, bem confeccionada, mas sem requerer aplausos ovacionais. Valeu muito a ideia de *pairing* de Diana, acertada. Uma nota para os principiantes: estes vinhos 'Ilha' precisam de oxigénio após retirar a rolha. E não devem ser bebidos muito frescos, senão perdemos o âmago do seu carácter, sem açúcar, com acidez penetrante, como Diana gosta. Podem não ter muito corpo, mas têm uma estrutura irrepreensível. ●



TECNOLOGIA

Os videojogos na reabilitação dos AVC

A reabilitação de um AVC é lenta, pelo que a componente motivacional dos videojogos é uma vantagem. Os pacientes sentem que estes são um agente ativo do processo.

LAURA LEÓN

lleon@jornaleconomico.pt

A Madeira e os Açores são as regiões com a incidência mais elevada de Acidentes Vasculares Cerebrais (AVC) de todo o país. Se juntarmos isto ao facto de Portugal ser o país “de longe” com mais AVC relativamente ao resto da Europa, podemos dizer que estamos numa Região onde o AVC é realmente um problema. Em Portugal é uma das primeiras causas de mortalidade e no mundo já é uma das primeiras causas de défice adulto.

Sergi Bermúdez é investigador na Universidade da Madeira (UMa), onde desenvolve projetos na área das tecnologias interativas no processo de reabilitação dos AVC, e explica que com os avanços da medicina há mais pessoas a sobreviverem, embora fiquem com défices. “Mesmo depois de um processo de reabilitação, nunca conseguem recuperar totalmente, portanto ficam com uma dependência ou com um défice para o resto da vida”.

O projeto desenvolvido na UMa já está a ser posto em prática desde 2018 no Serviço Regional de Saúde da Madeira (SESARAM), na unidade de reabilitação cognitiva, pelo doutor Jean Claude Fernandes, onde se utilizam sistemas de realidade virtual para treinar os doentes.

“Implementamos uma cidade virtual em que recriamos as atividades da vida diária, como navegar por uma cidade, que tem carros e em que tem de atravessar estradas”, diz o investigador, já que a falta de atenção e os problemas de orientação são muito típicos em pacientes com défices cognitivos. Este é um problema que, na maior parte dos casos, não é visível enquanto o paciente está no hospital, daí a vantagem que estas tecnologias têm no processo de reabilitação, através das simulações.

O investigador salienta que a reabilitação convencional não está muito focada na área cognitiva e que foi possível perceber que através de uma intervenção computadorizada é possível dar atenção a esta área, que depois também se transfere para a independência das pessoas na sua vida diária.

Com estas tecnologias, o doente pode simular uma ida ao supermer-

cado ou ir ao multibanco levantar dinheiro na segurança de um hospital.

Sergi Bermúdez explica que como os sistemas de saúde públicos não conseguem dar resposta a todos estes doentes, e como não é possível fornecer apoio continuado durante o resto da vida, os profissionais escolhem apoiar as pessoas que estão na fase aguda, ou seja, a primeira recuperação, para que ganhem o mínimo de independência na sua vida diária.

“Mas muitas destas pessoas, cerca de 50%, vão ter défices que não vão ser recuperados nos primeiros seis meses”. É aqui que entram as tecnologias interativas, já que são tecnologias baratas e que se podem ter em casa.

Estas tecnologias permitem tornar o processo de reabilitação numa atividade lúdica, através dos jogos. Sergi refere que uma das vantagens é a componente motivacional. “Um dos aspetos que mais falta é o *feedback* positivo, é perceberem que estão a fazer uma coisa bem”, uma vez que a recuperação do AVC é lenta. Ou seja, muitas vezes os doentes estão a esforçar-se mas não veem nenhum ganho concreto. “Através dos videojogos nós conseguimos monitorizar e dar *feedback*. É possível mostrar através de pontos e resultados se eles fizeram melhor do que na semana anterior”, sublinha o investigador.

Outra vantagem na utilização dos videojogos é o facto de os pacientes perceberem que são agentes ativos no seu processo de reabilitação. “Não são os médicos que os estão a reabilitar, são eles próprios através do treino, e veem como o seu esforço, pouco a pouco, se transforma em melhorias”. ●



SERGI BERMÚDEZ
Investigador da UMa

OPINIÃO

Vamos falar de desenvolvimento



CELSO PEREIRA NUNES
Professor Universitário

Em termos mensuráveis e práticos, o desenvolvimento leva em conta múltiplas variáveis, qualitativas e quantitativas. Engloba o conceito de crescimento económico, mas não se confunde com este, porque é mais abrangente. O crescimento económico avalia-se pela medição do nível de atividade económica, normalmente através dum indicador popular, mas longe de ser perfeito, que é o Produto Interno Bruto, mais conhecido por PIB. O desenvolvimento não é tão consensual quanto ao que engloba para além do crescimento económico, podendo levar em conta aspetos como evolução das condições materiais particulares de vida e de infraestruturas públicas, da longevidade, do nível de escolaridade, e do nível de desigualdade de rendimentos e pobreza.

Um dos índices que se tem distinguido pela sua popularidade para medir o desenvolvimento é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que, tal como o PIB, está longe de ser perfeito. Enfim, o pragmatismo dos diplomatas, dos economistas e dos políticos tem levado a que se usem sobretudo indicadores como o PIB e o IDH, limitados e imperfeitos, mas facilmente comparáveis internacionalmente e relativamente baratos de serem produzidos. Não são ótimos, mas é compreensível que sejam utilizados oficialmente. Há um caminho a percorrer até à substituição destes indicadores por outros que sejam, sobretudo, mais abrangentes, dando maior importância a aspetos como a sensação de alegria e felicidade ou as sustentabilidades ambiental e macroeconómica.

Talvez não seja muito surpreendente notar que, historicamente, têm sido economistas e estatísticos a desenvolverem estes 2 indicadores e, diplomática e politicamente a Organização das Nações Unidas a grande responsável pela popularização e oficialização destes 2 indicadores, o

PIB desde a Conferência de Bretton Woods em 1944 e o IDH desde o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) de 1990.

Atualmente, o IDH leva em conta apenas indicadores relacionados com 3 dimensões: esperança de vida à nascença, escolaridade, e produto medido em paridade de poder de compra (PPC) em dólares (USD). Ou seja, tudo o resto fica de fora. Lá está, mais uma vez com o pragmatismo de diplomatas e economistas, é o que há, é o que se usa. Como é facilmente comparável internacionalmente e menos incompleto do que o PIB, é preferível para falarmos de desenvolvimento. Tem a vantagem de, no produto em PPC, levar-se em conta o nível de preços em cada economia. Por exemplo, 5 USD num país em que uma dúzia de ovos custa 1 USD dá para comprar 5 dúzias de ovos, mas num país em que custa 5 USD só dá para comprar uma dúzia. Essa diferença é levada em conta, e como o que interessa para o bem-estar do indivíduo é quantos ovos pode comprar com 5 USD e não quantos dólares tem no bolso, faz sentido. Claro que tem limitações: a qualidade escolar varia muito de país para país, a qualidade de vida não tem expressão na esperança de vida, o USD não é uma unidade de medida com valor fixo, entre outras.

No último RDH publicado, com dados de 2017, e sabendo que a escala do IDH varia entre 0 e 1, Portugal aparece em 41.º lugar a nível mundial, com 0,847, empatado com a Letónia e quase igual ao Bahrain (o 1.º da lista é a Noruega com 0,953, o último é o Níger em 189.º com 0,354). Também existem valores regionais para o IDH: a Região Autónoma da Madeira (RAM) tem 0,800, o 2.º valor mais baixo das 7 regiões portuguesas, apenas atrás dos Açores. Comparando com países, a RAM estaria em 58.º lugar a nível mundial, empatado com Barbados e Cazaquistão, e em último a nível da União Europeia!

Esta comparação estatística deverá servir para fazer perceber, à população em geral, e aos decisores políticos em particular, que poderíamos estar muito melhor em termos de desenvolvimento, e que para obtermos melhores resultados teremos de mudar as nossas escolhas coletivas, as nossas mentalidades e as nossas prioridades. ●

EMPRESAS & NEGÓCIOS

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

EAD quer reforçar presença na Madeira para aproveitar o bom momento da economia

Empresa de gestão documental quer promover encontros no Funchal para criar ‘awareness’ sobre o processo de transformação digital. EAD veio para a Madeira em 2009 e promete reforçar aposta.

RUBEN PIRES

rpires@jornaleconomico.pt

A EAD, empresa que oferece serviços de custódia e gestão de arquivos a mais de mil clientes, comemora dez anos de presença no mercado da Madeira. O CEO da empresa espera uma maior crescimento no mercado madeirense e quer ter o Funchal como palco de um encontro que aborde a transformação digital.

Paulo Veiga não esconde que a EAD tem uma ambição do tamanho do mundo e que a Madeira é um mercado de interesse para o desenvolvimento do negócio. Contudo, os desafios vão estar dependentes daquilo que for o desempenho da economia da região.

“Mais do que a faturação preocupa-nos a rentabilidade. Os desafios para o futuro passam por aquilo que pode ser a alteração económica da Madeira. Quanto melhor estiver a economia da Madeira melhor estaremos”, diz Paulo Veiga. Tendo isto em consideração, o responsável pela EAD diz que esta é uma boa altura para investir na Madeira. Acrescenta mesmo que nesta altura a Região pode já estar num ciclo virtuoso, depois de ter passado por algumas dificuldades. “É uma oportunidade para explorar o mercado regional”, sublinha.

A aventura da EAD na Madeira começa pelo Banif, banco que entretanto foi alvo de resolução.

“Apareceu um cliente, em Lisboa, o Banif, que tinha uma grande operação na Madeira. Eles começaram a olhar para a estrutura de custos e fez o desafio à nossa empresa no sentido de gerir as operações documentais na Madeira”, lembra Paulo Veiga.

A transformação digital

O CEO da EAD admite que apesar de a empresa operar desde 2009 na Madeira, ainda não é muito conhecida, tendo em conta a sua estratégia de *low profile*, que funciona à base do “passa palavra” e da referência por parte dos clientes satisfeitos.

Contudo, os planos para a Madeira não deixam de ser ambiciosos.



Foto cedida

empresas poupanças significativas.

“A digitalização e custódia permitiriam acelerar os processos de decisão”, salienta.

Controlo de documentação

O CEO diz que o futuro é digital, lembrando que o Estado já obriga a que as faturas estejam em formato eletrónico, numa espécie de *Simplex* que visa a desmaterialização em termos de transações.

Paulo Veiga sublinha que não há outra alternativa do que ter ferramentas que permitam controlar os documentos eletrónicos e que a EAD já oferece esse tipo de soluções aos seus clientes.

“O problema é que as empresas não têm ferramentas para controlar documentos digitais”, explica o CEO da EAD.

“Imaginemos que guarda um documento num sítio e que passado algum tempo o quer recuperar. Mas agora já não se lembra onde o deixou guardado, nem em que dia o criou, nem muito menos qual era o assunto em questão. Esta aflição poderia ser rapidamente resolvida com uma ferramenta que lhe permite colocar os seus documentos digitais em ordem”, sublinha o responsável pela EAD.

“As ferramentas de gestão documental dizem qual é a melhor maneira de organizar a desorganização. Estas ferramentas ajudam a classificar correcta e de maneira eficiente os documentos da empresa”, reforça.

Paulo Veiga defende que as empresas têm de respeitar os arquivos enquanto ativos e também para efeitos de prova documental.

Entre os desafios para as empresas, explica o CEO da EAD, está também garantir que esses mesmos documentos estão em condições.

A EAD já foi considerada PME excelência em 2017 e PME Líder em 2018. Para além da custódia e gestão de arquivos intermédios e correntes oferece ainda serviços de *digital service bureau*, custódia e rotação informáticos, sala cofre de alta segurança, *Business Process Outsourcing* (BPO), cofre seguro de documentação, consultoria, reciclagem segura de arquivo e documentação. ●

“Ainda não crescemos aquilo que desejamos”, diz Paulo Veiga. Uma das estratégias que a EAD pretende implementar na Madeira está o desenvolvimento de parcerias e a organização de um encontro de transformação digital, que a empresa já possui em território continental, onde se discute e apresenta as novidades na área dos processos e documentos.

“Queremos fazer isso no Funchal com o objetivo de criar *awareness* e dar a conhecer o que é um processo de transformação digital”, explica o CEO da empresa. Para Paulo Veiga, as empresas estão atentas a estes processos de transformação digital.

“Tenho encontrado pessoas muito competentes e não tenho sentido resistência a este tipo de soluções”, sublinha.

O responsável pela EAD salienta que os serviços oferecidos pela empresa trazem valor acrescentado e que o processo de transformação digital abrange quer os documentos eletrónicos como os digitais.

“Tratar documentos eletrónicos (por exemplo pdf, e-mail) é mais fácil através das ferramentas que dispomos, à distância”, explica.

Paulo Veiga destaca ainda a importância de se desenvolver uma estratégia integrada em termos da gestão dos arquivos que permitiria às

BREVES

Turismo com quebras nas receitas e nas dormidas

O turismo da Madeira apresentou em junho uma quebra de 2,3% e de 3,3% nas dormidas e nos proveitos totais. Em junho foram contabilizadas 766,2 milhares de dormidas enquanto que os proveitos totais se fixaram em 39,1 milhões de euros. O rendimento médio por quarto (RevPAR) teve uma descida de 4,2%, para os 49,57 euros.

1,5%

A produção de energia elétrica, na Madeira, teve um crescimento de 1,5% no primeiro semestre. A produção de energia elétrica por fontes renováveis caiu 29,2%, e as não renováveis cresceram 21,1%.

“

O valor médio em dívida no crédito à habitação na Madeira foi de 57.919 euros em julho

Atividade económica continua a crescer na Madeira

A atividade económica da Madeira apresentou uma evolução de 1,2%, em maio. Apesar da evolução apresentada, em maio, verificou-se um abrandar do crescimento face à subida de 1,7% registada em março e abril, e aos 1,8% de fevereiro. A economia da Madeira apresenta crescimento desde junho de 2013.



International sharing school

taguspark-portugal

+351 92 444 7 666
office@taguspark.sharingschool.org

Unique International Curriculum

- 10 years of Mandarin
- 8 years of German
- 5 years of Russian
- After school activities

Currículo Internacional Único

- 10 anos de mandarim
- 8 anos de alemão
- 5 anos de russo
- Atividades extracurriculares



At International Sharing School we offer international, multicultural and multilingual education, for lifelong learners aged 4 months up to 18 years old. Through our unique international curriculum, we aim to form individuals that help create a better and more peaceful world, through sharing knowledge and mutual respect.

Na International Sharing School oferecemos uma educação internacional, multicultural e multilingue para alunos dos 4 meses aos 18 anos. Através do nosso currículo internacional único, temos como objetivo formar indivíduos que ajudem a criar um mundo melhor e mais pacífico, através da partilha de conhecimento e do respeito mútuo.

International Sharing School Taguspark is a candidate school* for the PYP, MYP and DP. This school is pursuing authorization as an IB World School. IB World Schools share a common philosophy- a commitment to high-quality, challenging, international education- that we believe is important for our students.

* Only schools authorized by the IB Organization can offer any of its four academic programmes: the Primary Years Programme (PYP), the Middle Years Programme (MYP), the Diploma Programme (DP), or the Career-related Programme (CP). Candidate status gives no guarantee that authorization will be granted.

For further information about the IB and its programmes visit <http://www.ibo.org>.

AMBIENTE

Uma luta pela preservação das cabras das Desertas

É possível que as Cabras das Desertas estejam aparentadas geneticamente com as cabras do Bugio, extintas em 2006.

LAURA LEÓN

lleon@jornaleconomico.pt

O movimento District Action Everywhere - Madeira, está a lutar para que o Governo Regional da Madeira deixe de matar as cabras das Desertas. Liliana Valente faz parte deste movimento e explica que havia 200 cabras deste tipo na Deserta Grande, mas que este ano já foram mortas cerca de 40.

Liliana acredita que a estratégia do Governo Regional é apagar to-

das as provas de que este extinguiu uma espécie única como a Cabra do Bugio. Esta espécie foi extinta em 2006 através do uso de um rodenticida, que serviu para matar também coelhos e ratos, no Ilhéu do Bugio.

O movimento acredita que as cabras das Desertas e as cabras do Bugio estão emparentadas geneticamente, já que os guardas florestais deslocavam-nas de ilha para ilha. Contudo, para verificar esta hipótese é necessário fazer um estudo genético das cabras das Desertas, comparando-as com as amostras exis-

tentes da cabra do Bugio, o que, segundo o movimento, não interessa ao Governo Regional.

A primeira decisão para extinguir a cabra do Bugio teve a ver com uma estratégia da Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, através do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza de obter uma classificação para a Freira do Bugio, através do Projeto Life Natureza, da Comissão Europeia. Contudo, tal como refere Liliana Valente, o Governo Regional depois não deu seguimento a esta candidatura da Frei-

ra do Bugio, porque achou na altura que não era prioritário.

Ora, o resultado é que nem a Freira do Bugio foi classificada a nível europeu, nem temos agora Cabras do Bugio.

Este movimento quer denunciar “a total impunidade do Instituto de Florestas e Conservação da Natureza, na extinção da cabra do Bugio, quando existiam diversos técnicos científicos envolvidos na obtenção da Classificação de Espécie Única para a cabra do Bugio, o que poderia ter possibilitado a preser-

vação da sua espécie no mundo”. O District Action Everywhere - Madeira sublinha ainda que a preservação desta espécie teria permitido construir um ponto de atração para turismo científico na Região Autónoma da Madeira.

O movimento revelou ao Económico Madeira que, depois de algum tempo a tentar reunir com a Secretaria Regional do Ambiente e Recursos Naturais, conseguiu agora agendar para 27 de setembro. O objetivo é que deixem de matar as cabras das Desertas. ●



Raquel Marques

OPINIÃO

Governança Mundial... Está tudo louco?



JOÃO PAULO GOMES
Advogado, CMS RPA

Assistimos actualmente a um ciclo completamente diferente na gestão da política dos maiores países do Mundo e na governação geopolítica entre os países. Se há muitos anos estávamos habituados a uma gestão muito assente no diálogo, na diplomacia e em constantes avanços e recuos (diga-se muitas vezes inconsequentes e que tudo acaba na mesma), desde a eleição de Donald Trump, parece-me que se abriu um novo ciclo, mais prático, mais directo, mais também mais conflituoso, mais proteccionista, em que actualmente se discutem cenários que há uns

anos atrás seriam absolutamente impensáveis.

Com efeito, desde que Donald Trump iniciou o seu mandato assistimos a casos peculiares em “catadupa”, como uma guerra de tarifas interminável com a China (que leva a flutuações constantes dos mercados de capitais), uma “birra” quanto à construção de uma muralha com o México que provocou o maior “shutdown” do Governo norte-americano de sempre e levou a que cerca de 800.000 funcionários públicos norte-americanos deixassem de receber salário por 35 dias e mais recentemente a proposta falhada para a compra da Gronelândia à Dinamarca (tendo na sua génese motivos fúteis como a abundância de recursos naturais nesta zona e no facto destes recursos se encontrarem agora mais acessíveis devido ao aquecimento do planeta e ao degelo nesta região).

Estas tomadas de posição impulsivas e por vezes radicais na governação de um dos maiores

países do Mundo, ao que parece, tem provocado um efeito de contágio, tendo começado nos Estados Unidos, mas já sendo possível identificar perfis e comportamentos semelhantes em países com o Brasil ou Reino Unido. Recentemente Bolsonaro, com a Amazônia literalmente a arder ao ponto do fumo emanado dos incêndios terem deixado São Paulo (cidade a 3044 quilómetros de distância da Amazônia) em total escuridão no meio do dia, o Presidente do Brasil, desvalorizou o tema e envolveu-se numa polémica com o Presidente da França Emmanuel Macron, devido à sua esposa. Mais tarde, Bolsonaro referiu só aceitar ajuda da França no combate aos incêndios na Amazônia se Macron lhe pedisse desculpa (um caso de um líder mundial com as suas prioridades trocadas). Por outro lado, ainda a semana passada, Boris Johnson (recém eleito Primeiro Ministro do Reino Unido tentou (imagine-se) suspender o Parlamento para “fa-

zer passar” o Brexit, naquilo que seria, na prática, do regresso da ditadura dos tempos modernos, ao se achar que o Parlamento Nacional (onde o povo se encontra representado) é algo desnecessário ou inconveniente.

É caso para perguntar, tá tudo louco na governação mundial?

É igualmente preocupantes pensar na possibilidade de países como a França, Holanda, Áustria seguirem um caminho semelhante, sem falhar sequer na Rússia, que desde 2014 mantém uma guerra acesa com a Ucrânia (que começou com a tomada do território da Crimeia e que se foi expandindo...).

Vivemos em tempos que se afastaram muito da altura em que estadistas como Winston Churchill e Harry Truman trabalharam para assegurar um Mundo seguro e pacífico onde possamos todos coexistir em paz e segurança.

Mas todas estas condutas e posturas acabam por apresentar um padrão comum, correspondem a

tomadas de decisão assentes e centradas em egos e ambições pessoais, em detrimento dos interesses e das necessidades dos países que estes líderes mundiais lideram e, acima de tudo, do bem-estar e prosperidade das populações que representam. Temo que o mundo possa caminhar para pior e que cenários há pouco tempo impensáveis, como por exemplo, conflitos à escala mundial, possam ocorrer novamente. Mas todos nós também mantemos uma palavra a dizer sobre tudo isto, e tudo começa por nós, nos nossos respectivos países, regiões, concelhos e freguesias, nomeadamente garantindo que os eleitos para cargos de governação são pessoas que têm os interesses e as necessidades das populações que representam em primeiro lugar e não são motivadas a se candidatar a este tipo de cargos por uma questão de ego e projectos pessoais de poder.

Enquanto cidadãos, é este o nosso dever e a nossa responsabilidade! ●

FESTA DO CINEMA ITALIANO

A Festa do Cinema Italiano vai decorrer entre os dias 12 e 15 de setembro, no Teatro Municipal Baltazar Dias. Esta é a 12.ª edição do evento, sendo que este é o acontecimento mais importante em Portugal dedicado à cultura italiana e um dos festivais cinematográficos mais apreciados do país.

Este evento é organizado pela Associação Il Soprano desde 2008, e pretende constituir um momento de encontro e descoberta das culturas de dois países que, apesar da distância, apresentam muitas afinidades.

A Festa do Cinema Italiano ampliou a sua presença a nível internacional e tem extensões e progra-

mação a decorrer em países como o Brasil, a Angola e Moçambique.

Nesta edição podemos contar com filmes como "Sicilian Ghost Story" (na foto), do ano de 2017, de Antonio Piazza e Fabio Grassadonia. Faz parte do cartaz também o filme "Caravaggio – A Alma e o Sangue", que conta a vida, obra e tormentos do pintor italiano Caravaggio.

"Made in Italy" é um filme do ano passado, de Luciano Ligabue que conta a história de um homem com grandes virtudes mas com pouca sorte, preso a um trabalho que não lhe permite manter a família e em luta contínua com uma sociedade que não o representa. ●

CULTURA



ARTEFACTOS EM PALMITO

Até 15 de setembro, o Parque Temático da Madeira, em Santana, tem disponível para visita a Exposição Itinerante do Museu Etnográfico da Madeira "Artefactos em Palmito". A produção de artefactos em palmito é uma longa tradição na Região, em especial na ilha do Porto Santo, dado o grande número de palmeiras aí existentes.

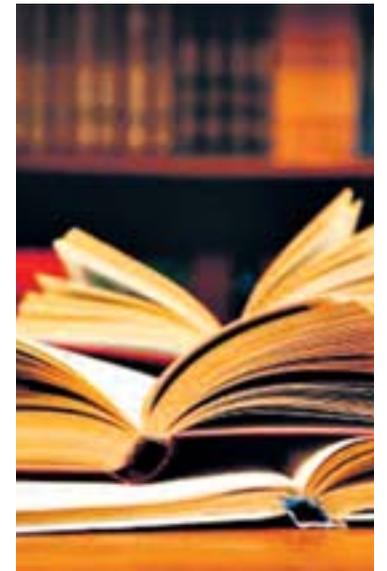
HERBERTO HELDER

A Casa-Museu Frederico de Freitas tem a exposição bibliográfica de Herberto Helder "Por sobre as águas", no âmbito das comemorações dos 600 Anos do Descobrimento das Ilhas da Madeira e do Porto Santo. A curadoria é de Diana Pimentel e a instalação artística é de Filipa Cruz.



HORA DO CONTO

A Hora do Conto é no Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira aos sábados, às 11 horas. No dia 7 de setembro vai ser lido o livro "Um dragão em brasa", de Robert Starling. No dia 14 é a vez do livro "Eu não fui!", de Christian Voltz, e no dia 21 de setembro é lido o livro de Oliver Jeffers, "Presos".



"O ESPAÇO E A FESTA"

O Museu Etnográfico da Madeira, com o objetivo de proporcionar uma maior rotatividade das coleções que se encontram nas reservas, vai dar continuidade ao projeto "Acesso às Coleções em Reserva". Assim, vai passar a apresentar semestralmente um novo tema. A exposição "O Espaço e a Festa" é a mostra patente este semestre, até 24 de novembro.

LAZER

CONCERTOS L

Os Concertos L prosseguem a 14 de setembro, na Estalagem da Ponta do Sol, com a atuação de Binkbeats, que vai procurar misturar a "pura poesia e a alma americana". Para 28 de setembro está marcada a atuação de Legendary TigerMan.

MUDASHOTSUMMER

O MUDASHOTsummer apresenta a 7 de setembro a exposição "¿De que Casa Eres?", de Ana Pérez-Quiroga, no âmbito de uma residência artística que decorreu no Museu de Arte Contemporânea da Madeira entre 19 de agosto e 6 de setembro. Nos dias 20 e 21 de setembro realiza-se a apresentação de uma seleção de curtas e longas-metragens que estiveram a concurso no Festival IndieLisboa – Festival Internacional de Cinema, resultante



de uma colaboração entre o MUDAS e a Portugal Films.

Para 28 de setembro está marcado o encerramento do MUDASHOTsummer com um concerto de JP Simões.

VINDIMAS

A 7 de setembro realiza-se a vindima ao vivo no Estreito de Câmara de Lobos, integrada na Festa do Vinho.

O evento vai procurar "recriar velhos hábitos" da população madeirense associados às lides vitícolas.

A vindima vai realizar-se numa típica quinta madeirense, onde se pode assistir à apanha da uva, à realização de um cortejo etnográfico com a participação de grupos de folclore e etnografia.

Depois do cortejo está prevista a recriação da pisa das uvas, que tem participação livre e se realiza num lagar tradicional, animação musical e gastronomia regional.

FESTIVAL COLOMBO

O Festival Colombo vai decorrer de 12 a 14 de setembro e assenta na recriação histórica da época em que este mercador residiu na ilha do Porto Santo. Estão previstas várias iniciativas que revisitam a epopeia dos Descobrimentos Portugueses, incluindo o desembarque de Colombo, um mercado quinhentista, no qual está presente a gastronomia, o artesanato, arruadas e artes circenses.

600 ANOS EM 300 MOEDAS

Até 12 de setembro, vai poder visitar no Solar do Ribeirinho, no Núcleo Museológico de Machico, uma mostra dedicada à numismática. Esta mostra insere-se no programa de comemora, sendo composta por um conjunto de 300 moedas que datam desde o século XV até à atualidade.

**NOVOS CRÉDITOS
HABITAÇÃO NB**

Ter uma casa como a que sempre sonhou? Não diga não sem falar connosco.

É certo que a compra de uma casa é sempre um passo importante nas nossas vidas. Mas quantas vezes dissemos a nós mesmos "não" antes de tentar um "sim"? Ou quando pensámos pequeno quando o sonho era grande? Se a resposta for "vezes demais" é porque muito provavelmente ainda falta falar com o NOVO BANCO. Quando pensar em comprar, remodelar, trocar ou ainda adaptar o Crédito Habitação ao momento da sua vida, temos soluções que vai gostar de ouvir.

Simule em novobanco.pt ou fale com os nossos gestores e descubra as soluções que temos para si.

**NOVO
BANCO**

